

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

**Os bastidores do *impeachment*: o *lobby* do Movimento Brasil Livre
(MBL) para o afastamento da presidenta Dilma Rousseff.**

AMANDA RODRIGUES JACOBINA AYRES

Brasília, DF

2017

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Os bastidores do *impeachment*: o *lobby* do Movimento Brasil Livre (MBL) para o afastamento da presidenta Dilma Rousseff.

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharela em Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marisa von Bülow
(IPOL/UnB)

Examinadora: Prof.^a Dr.^a Débora Rezende de Almeida (IPOL/UnB)

Amanda Ayres

Brasília

2017

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter guiado meus caminhos até o fim desta graduação e por ter escrito certo por linhas certas e, às vezes tortas, tudo o que aconteceu nesses cinco anos maravilhosos e inesquecíveis!

Aos meus pais, que nunca medem esforços para me oferecer o melhor, com todo amor. Além de serem atores políticos ativos, desde que me entendo por gente, sendo minhas inspirações!

À Universidade de Brasília, que me abriu as portas para o mundo. Que me acolheu tão bem e me proporcionou vivências e encontros incríveis, não só aqui, como do outro lado do Atlântico. Que me ensinou muito mais do que conhecimentos acadêmicos, mas a ter um olhar mais crítico, sensível e humano, perante diversas questões. Minha eterna gratidão! Tenho certeza que irei colher bons frutos dessa passagem por toda minha vida!

À Marisa, pela orientação, por todas as dicas, indicações certeiras de bibliografia, por todas as incansáveis correções e por vibrar com as minhas conquistas e evoluções durante o processo de escrita da minha monografia.

À Débora Rezende, por ter feito um parecer tão detalhado deste trabalho, com vários comentários e sugestões pertinentes. Só reforçou o que eu já achava ao longo da graduação: é uma das docentes mais atenciosas e dedicadas deste Instituto.

A todas e todos que contribuíram com este trabalho, que me ajudaram e torceram por mim!

Muito obrigada!

RESUMO

Neste trabalho foi analisado como o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, foi articulado por setores da sociedade civil organizada, juntamente com atores de arenas políticas institucionais, com foco no Poder Legislativo federal. Algumas organizações da sociedade civil estiveram à frente das convocatórias e organização de manifestações que aconteceram desde 2014 pelo *impeachment* da presidenta e, ao mesmo tempo, buscaram influenciar parlamentares e partidos políticos, nos bastidores. Este trabalho argumenta, portanto, que houve uma forte interação da sociedade civil com o Poder Legislativo e, com isso, buscou-se entender algumas nuances desta relação. Foi estudado, especificamente, a atuação do Movimento Brasil Livre na campanha pelo *impeachment*, apesar de outras organizações da sociedade civil localizadas à direita do centro no espectro político-ideológico também terem participado da campanha.

Palavras-chave: estratégias, MBL, *impeachment*, mídias sociais, sociedade civil, *lobby*, Poder Legislativo federal.

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1: Repertório de Estratégias X Repertório Contencioso do MBL durante a Campanha do <i>impeachment</i>	28
Figura 1: MBL pressionando parlamentar indeciso no <i>Facebook</i>	32
Figura 2: Manifesto da “Marcha pela Liberdade” (2015).	35
Figura 3: Parlamentares e líderes do MBL, bem como de outros movimentos, protocolando um dos pedidos de <i>impeachment</i> contra a presidenta Dilma Rousseff. ...	36

SIGLAS

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

EPL – Estudantes pela Liberdade

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IMP – Instituto Mercado Popular

MBL – Movimento Brasil Livre

MEB – Movimento Endireita Brasil

MPL - Movimento Passe Livre

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

ROL – Revoltados Online

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

VPR – Vem Pra Rua

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Repertório de estratégias e estoque de legados: novas formas de entender interações Estado-sociedade	3
Metodologia	4
CAPÍTULO 1- <i>Lobby</i> da sociedade civil com o Legislativo	7
1. Introdução.....	7
2. Breve histórico do <i>lobby</i> da sociedade civil no Brasil	10
2.1 O <i>lobby</i> trabalhista – DIAP.....	12
2.2 O “ <i>lobby</i> do Batom”	13
CAPÍTULO 2 - Processo do <i>impeachment</i>	15
1. Lei nº 1079/50 – Lei do <i>Impeachment</i>	15
2. Presidencialismo na América do Sul no pós-redemocratização	19
CAPÍTULO 3 - O <i>lobby</i> do MBL na Câmara no caso do <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.....	25
1. O Movimento Brasil Livre.....	25
2. Repertórios de estratégias e repertório contencioso	26
3. Interações com os parlamentares, com os partidos políticos e com a sociedade civil	28
3.1 Estratégias online	29
3.2 Estratégias off-line.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
APÊNDICE	44
ANEXO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

As relações entre organizações da sociedade civil/movimentos sociais e arenas políticas institucionais é um tema muito estudado na Ciência Política, uma vez que essas relações estão sempre presentes nos arranjos políticos e em constante transformação e/ou adaptação. Isso pode ser afirmado, já que teóricos que se baseavam nos pensamentos gramscianos enxergavam a sociedade civil como parte orgânica do Estado, enquanto que correntes posteriores consideravam a sociedade civil como algo fora do Estado, fazendo pressão externamente. (NOGUEIRA, 2003, p. 187). Têm ainda os que defendem que alguns atores da própria sociedade civil fazem parte do aparelho estatal e conseguem o influenciar mesmo fazendo parte dele. (ABERS, TATAGIBA e LIZANDRA, 2014, p. 326). Porém existem relações que acontecem de maneira mais informal entre essas duas arenas, de acordo com o interesse de ambas.

Parte dos estudos mais contemporâneos dessas relações no Brasil estão centrados no ativismo institucional de atores da sociedade civil que estão presentes no aparelho estatal. (ABERS, TATAGIBA e LIZANDRA, 2011). Além disso, também há grande foco na participação política nas discussões e tomadas de decisão em instituições participativas, como conselhos, conferências e Orçamento Participativo (AVRITZER, 2007). Existem ainda, os estudos de Estado-sociedade, num sentido mais clássico, de pressão da sociedade por fora do Estado, de diversas maneiras, sendo a ação coletiva contestatória uma delas (NOGUEIRA, 2003).

Apesar da importância dessas contribuições, há um *gap* na literatura, no que tange a uma interação mais “invisível” ou mais informal, em que atores das organizações da sociedade civil não estão necessariamente sendo burocratas/ativistas no governo, nem participando das arenas de discussão e de tomadas de decisão permitidas pelo governo já citadas acima, tampouco estão apenas pressionando o Estado por fora, sem nenhuma ou pouca relação com este. Sendo assim, é evidente que há uma articulação entre atores de arenas políticas institucionais e organizações da sociedade civil que não se enquadram nessas categorias de análise, o que não quer dizer que os tipos de interação citados acima não ocorram concomitantemente a essas interações ditas mais “invisíveis” ou mais informais.

Por esse prisma, optei por analisar neste trabalho como o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, foi articulado por setores da sociedade civil

organizada, juntamente com atores de arenas políticas institucionais, com foco no Poder Legislativo federal. Os primeiros movimentos contrários aos governos petistas começaram ainda em 2007, entretanto, não tiveram grande impacto sobre os governantes e a mídia, e logo perderam força. Em 2013, porém, com as Jornadas de Junho, os protestos ganharam aderência de diversos setores da sociedade e, apesar de seu início ter tido a pauta do aumento das tarifas do transporte público, logo apareceram também as reivindicações contra políticos em geral e o governo de Dilma Rousseff e de seu partido, em particular (TATAGIBA, TRINDADE e TEIXEIRA, 2015, pp.197-204).

Em 2014, ano eleitoral, também houve diversas manifestações, mas agora com uma polarização bem evidente da sociedade e das pautas reivindicadas e apoiadas. Em 2015 e 2016 os protestos com o cunho “Fora Dilma”, “Fora PT” e com algumas outras bandeiras se intensificaram até que se chegou ao *impeachment* da presidenta. (Idem, pp.197-204). Algumas organizações da sociedade civil estiveram à frente das convocatórias e organização de tais manifestações e, ao mesmo tempo, buscavam influenciar parlamentares e partidos políticos. Este trabalho argumenta, portanto, que houve uma forte interação da sociedade civil com o Poder Legislativo e, com isso, busca-se entender algumas nuances desta relação.

A escolha do objeto de estudo tão específico tem um motivo. Analisar como o *impeachment* ocorrido em 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff foi articulado por setores da sociedade civil organizada, juntamente com atores situados em arenas políticas institucionais, com foco no Poder Legislativo federal, irá ajudar a entender como ocorrem as relações mais informais ou “invisíveis” entre os atores dessas duas arenas. O foco no Poder Legislativo federal se justifica porque o processo de *impeachment* deve ser iniciado na Câmara dos Deputados e posteriormente julgado pelo Senado Federal, logo, são as Casas de destaque no processo do *impeachment* e, portanto, é com os parlamentares do Congresso Nacional que as organizações da sociedade civil devem fazer pressão para conseguirem o que aspiram, nesse caso. Além disso, este estudo visa olhar para uma outra dimensão no campo dos estudos da relação Estado e sociedade que é a necessidade de compreender como se articulam atores da sociedade localizados no espectro político à direita com os atores governamentais, especialmente com o Legislativo. Desde a redemocratização, esta interação Estado/sociedade foi naturalizada como sendo estritamente um fenômeno de atores preocupados com o aprofundamento da democracia no país e, tradicionalmente, alinhados aos setores de esquerda.

Neste trabalho será analisada, especificamente, a atuação do Movimento Brasil Livre na campanha pelo *impeachment*, apesar de outras organizações da sociedade civil localizadas à direita do centro no espectro político-ideológico também terem participado da campanha. Isso porque foi um grupo de grande destaque na campanha, já que agiu como um grupo de pressão e conseguiu acessar o poder decisório por meio da prática do *lobby*, se articulando, através de suas lideranças, dentro do Congresso Nacional, com parlamentares de oposição ao então governo e, trabalhando em conjunto com eles, conseguiram reverter alguns votos a favor do *impeachment* e levá-lo adiante por meio de estratégias que serão elencadas ao longo desse trabalho. Ademais, vale lembrar também que o MBL foi um grupo que se destacou, ao conseguir grande apoio da sociedade civil que está conectada nas redes sociais virtuais.

É importante ressaltar que grupos de direita já vêm há muito tempo se organizando e protestando contra os governos do PT, mas o contexto de 2014, em que, após as eleições, o governo foi derrotado na disputa pela presidência da Câmara, além dos escândalos de corrupção na Petrobras em torno da Operação Lava Jato, e os indicadores econômicos ruins, favoreceram a interação dos grupos de direita com o legislativo federal atual, até que se conseguiu chegar ao *impeachment*. (SILVEIRA, 2015, pp. 227-228). Para explicar as relações do MBL com o atores políticos do legislativo federal, nos baseamos no trabalho de Rossi (2015), o qual será explicado a seguir.

Repertório de estratégias e estoque de legados: novas formas de entender interações Estado-sociedade

Rossi (2015) propõe dois conceitos, que complementam o “repertório contencioso” proposto por Tilly: repertório de estratégias e estoque de legados. O “repertório contencioso” é definido por Tilly como um conjunto limitado de ações com base em um processo de escolha relativamente deliberado, em que as relações sociais formam padrões recorrentes baseados no capital social e cultural acumulados através da luta. Sabe-se que a ação pública, que é o principal ponto das pesquisas de Tilly, o qual o levou a criar o conceito de “repertório contencioso”, tem muita relevância para entender as interações entre sociedade civil e o Estado, porém não explica aquelas ações que não são realizadas publicamente, tampouco aquelas planejadas, mas que não chegaram a acontecer. (ROSSI, 2015, pp. 11 e 12).

Dessa forma, Rossi (2015) cria a tipologia de “repertório de estratégias” que se diz diferente e complementar ao “repertório de contestação” por ser mais dinâmico e não ser somente público e contencioso. As ações públicas, em geral, são aquelas em que o “repertório de contestação” está presente, podendo ser o produto de várias ações não públicas, uma vez que derivam de um amplo repertório de estratégias, não necessariamente contenciosas. Essas ações podem ser protestos, mobilizações, acampamentos, dentre outros, cabendo destacar que geram lentas mudanças nos contextos em que se quer intervir. Já no “repertório de estratégias”, inclui-se também ações privadas e não contenciosas, tais como encontros informais com políticos e articulações com os mesmos para alcançarem determinados objetivos. Esse tipo de ação pretende alcançar um objetivo que permeará por um longo período, além de demandar uma compreensão mais ampla da realidade do contexto em que se quer influenciar, embora as mudanças que se pretendam fazer sejam a médio e curto prazo. (Idem, p. 12, 14).

Afirma-se, então que o “repertório de estratégias” é caracterizado por um leque restrito de ações disponíveis para os atores, já que é o resultado de um conjunto de opções que vem de um legado histórico. Mesmo com a possibilidade do “repertório de estratégias” ter origens em tradições históricas, pode também surgir de atores e momentos novos, se diferenciando do que já tinha acontecido. Em complemento a isso, tem o “estoque de legados”, o qual diz respeito a uma concentração de lutas passadas que, geram aprendizados sobre o que usar e quando, formando um acúmulo de experiência, as quais adicionam-se algumas estratégias, assim como eliminam-se outras em processos conscientes e inconscientes. (Idem, p. 15,16, 28 e 29).

Nesse trabalho, tanto o conceito de “repertório de contestação”, bem como o de “repertório de estratégias” serão utilizados para tentar compreender como se deram as ações que o MBL utilizou para influenciar os parlamentares do Congresso Nacional. Também serão observadas as ações do movimento em relação com a sociedade civil, a fim de que a ideia do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff tivesse uma boa aceitação de grande parte das pessoas e que fosse conferida legitimidade para a ação dos parlamentares diante o afastamento.

Metodologia

Este trabalho foi feito por meio de uma pesquisa exploratória. Tal tipo de pesquisa pretende proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, sobre determinado fato, por

meio de levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso. A pesquisa exploratória costuma ser feita quando o tema trabalhado é pouco explorado e se torna difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele, constituindo assim, a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla, muitas vezes. (GIL, 2008, pp. 27).

O desenho de pesquisa proposto aqui é um estudo de caso sobre a atuação do MBL na campanha do *impeachment* de Dilma Rousseff, com foco especificamente nas estratégias para influenciar o legislativo federal. O estudo de caso foi escolhido como estratégia de pesquisa pois se pretendia entender como o MBL atuou na referida campanha. Além disso, a técnica escolhida possibilita o pesquisador a usar uma grande variedade de evidências, extraídas de documentos, entrevistas, observações e outros. (YIN, 2001, pp. 27 e 32; Idem, 2005, pp. 24).

Para mapear as estratégias que o MBL adotou para influenciar o legislativo e analisar as relações entre partidos políticos e parlamentares com a organização, minhas fontes de dados foram: publicações no website da organização, publicações na sua página principal no *Facebook* e reportagens publicadas em veículos de comunicação. O objetivo de fazer essa análise foi encontrar possíveis informações sobre repertórios de ações utilizados para pressionar o legislativo federal que o grupo usou, como, por exemplo, protestos, acampamentos de rua, panelaço, dentre outros, além de observar como se deu sua interação com a sociedade civil conectada em suas mídias sociais. O período a ser analisado será pós eleições de 2014 até o processo de *impeachment* ter sido aceito na Câmara dos Deputados, por acreditar que esse período contempla as principais estratégias que foram usadas.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com Kim Kataguirí, principal liderança e coordenador do movimento; com Ian Garcez, membro do movimento que atua mais nos “bastidores”; com Maria das Graças de Araújo Gomes, secretária da liderança do Partido Democratas, na Câmara dos Deputados; e com Carlos André Góes, do Instituto Mercado Popular¹ (ver apêndice). As entrevistas permitiram a realização de um estudo qualitativo baseado na percepção desses atores sobre as estratégias utilizadas pelo movimento e o formato semiestruturado foi escolhido por permitir maior

¹ O Mercado Popular funciona basicamente como um *think tank* virtual, em que seus colaboradores, espalhados por muitas cidades, inclusive de fora do país, postam artigos de opinião sobre os mais diversos assuntos, em sua página virtual. O propósito da página é fortalecer o liberalismo (frequentemente usado como sinônimo de libertarianismo) em debates públicos. (GOBBI, 2016, p. 72).

flexibilidade nas perguntas, podendo fazer alterações de acordo com o clima da entrevista, incluir ou excluir perguntas, alterá-las, explorar mais determinado tema. (GIL, 2008, pp. 109, 110, 111, 115).

Com os dados coletados de acordo com as fontes acima citadas, fiz uma análise qualitativa acerca do tema.

No primeiro capítulo será apresentada uma revisão bibliográfica acerca de *lobby* e de grupos de interesse, para que se compreenda a atuação do MBL para influenciar o Poder Legislativo no caso do *impeachment*. Também será apresentada como grupos de interesse atuaram em outra campanha de relevância nacional, na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), a fim de se fazer uma comparação com as estratégias que o MBL utilizou, para observar se fizeram algo inovador.

O capítulo 2 apresenta a Lei do *Impeachment* no Brasil, com alguns destaques de como se deu o processo no caso da presidenta Dilma. Para enriquecer o debate, neste capítulo, foi apresentado ainda, como se tem dado contestações e quedas de presidentes na América do Sul, desde os anos 70.

Por fim, no capítulo 3, é mostrado algumas estratégias que o Movimento Brasil Livre utilizou na campanha pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. A análise foi feita com base no repertório de estratégias, de Rossi, e no repertório contencioso, de Tilly, fazendo comparações análogas e separando entre ações online e off-line. Essa classificação foi realizada já que é um recorte importante, tendo em vista o grande uso das redes sociais virtuais, nos dias de hoje, por uma parte da sociedade. Sendo assim, para compreender esse fenômeno, foi usado o estudo de Castells sobre movimentos sociais na era da internet.

CAPÍTULO 1- *Lobby* da sociedade civil com o Legislativo

1. Introdução

As relações Estado-sociedade vem se modificando ao longo do tempo, porém o objetivo, normalmente, não muda: a sociedade civil organizada visa influenciar as instituições, agindo de forma com que as estruturas do jogo político rotineiro, sejam rompidas (TATAGIBA, 2014, pp. 38-39). Dessa forma, planeja e capta recursos, estrategicamente, para alcançar seus objetivos (ROSSI, 2015, *apud*, DIAS, 2016, p. 6).

Os partidos políticos são essenciais em um sistema democrático, pois são meios de representação da sociedade civil. Atualmente, no que diz respeito às ideologias, os partidos políticos passam por um processo de perda de identidade ideológica (JUNQUEIRA, 2017, p. 6). Isso pode ser explicado pela teoria de Kirchheimer (2012), que diz respeito aos partidos *catch all*, os quais seriam partidos que se voltam ao cenário eleitoral e que, por vezes, substituem um debate mais aprofundado e com maior embasamento ideológico, por um sucesso eleitoral imediato, (p. 362) já que querem alcançar principalmente o eleitor mediano². No Brasil, apesar de na atualidade existirem 35 legendas, a característica dos partidos *catch all* é muito presente, sobretudo entre aqueles mais competitivos na arena eleitoral.

Isto posto, é importante dizer que parte da sociedade civil atua como grupo de interesse e ganha destaque nesse cenário em que se observam crescentes problemas de representação. O *lobby*, mais do que uma prática, apresenta-se como uma estratégia dos grupos para terem seus interesses representados no Congresso Nacional. É possível que isso ocorra, devido ao fato de não haver no Brasil partidos de massas, responsáveis por representar classes ou grupos, o que pode levar a sociedade a se organizar como grupo de interesse para tentar influenciar a atuação partidária, pós-eleição. Existe um amplo debate sobre o que são esses grupos e como eles atuam, além de haver pensamentos divergentes sobre os benefícios que eles trazem para a democracia. No entanto, é inegável o

² Desenvolvido inicialmente por Bowen (1943), Black (1948), Downs (1957), entre outros, o Modelo do Eleitor Mediano diz que, sob a hipótese de que as preferências dos eleitores apresentem “pico único”, em um sistema eleitoral majoritário, os eleitores escolherão o candidato cuja cesta ofertada de bens e serviços públicos mais se aproxime da cesta demandada pelo eleitor mediano. (MENEZES, SAIANI e ZOGHBI, s/d, p. 2).

crescimento deles desde a redemocratização no cenário político brasileiro. (JUNQUEIRA, 2017, p. 6).

De acordo com Frade (1996), os grupos de interesse e os partidos políticos exercem influência nas decisões referentes a distribuição dos recursos sociais e funcionam como veículos de participação política, de recrutamento político (considerando-se a possibilidade dos líderes de grupo de tornarem-se políticos profissionais), de mediação entre a sociedade e o governo e, por fim, de integração social. Apesar de ambos participarem do processo decisório, essa participação se dá de maneiras diferentes. Os partidos políticos atuam institucionalmente, com representantes eleitos. Já os grupos de interesse, normalmente, agem de maneira não institucionalizada, com representantes que não apresentam a mesma legitimidade, apesar da possibilidade de serem eleitos internamente. (FRADE, 1996, *apud*, RAMOS, 2005, p. 37).

Também é importante ressaltar que, no que tange aos objetivos e funções, os grupos e os partidos são distintos. Às vezes eles podem ter alguns objetivos em comum e, nesses casos, existe a possibilidade de se associarem. Segundo Badia (1987), os partidos políticos são meios de acesso dos grupos ao Congresso Nacional e, dessa forma, são bastante visados pelos grupos. (BADIA, 1987, *apud*, RAMOS, 2005, pp. 37-38).

É necessário compreender que as instituições afetam a maneira como os grupos de interesse irão agir. Sendo assim, elas influenciam nas maneiras com as quais esses grupos acessam às instâncias do governo em que se localizam os processos decisórios. Além disso, a estrutura do sistema partidário também afeta a atuação dos grupos. Um sistema partidário consolidado é mais estável do que um sistema partidário fragmentado, visto que os grupos não recorrem aos parlamentares de forma individual, mas sim, aos líderes partidários. Mas, em situações em que se verificam sistemas fragmentados, como no Brasil, os legisladores podem ser mais independentes em relação aos seus partidos. Dessa forma, os grupos tendem a recorrer aos parlamentares ao invés de recorrerem aos líderes partidários (RAMOS, 2005, p. 38, 46-47).

De acordo com Truman (1971) as instituições internas ao Congresso influenciam as ações dos grupos de interesse, juntamente com as “externas”, que seriam os sistemas eleitoral e partidário. As fases e as especificidades do processo legislativo são fatores que estruturam o acesso desses grupos. Além do mais, o conhecimento do regimento interno e o contato com os parlamentares que se encontram em postos estratégicos no Congresso

contribuem para esse acesso. Caso os grupos consigam conquistar a confiança dos parlamentares, esses podem utilizá-los, também, para obter informações e conquistar apoio externo ao Parlamento. Sendo assim, deputados e senadores constroem relações com os grupos que possuem interesses em comum. (TRUMAN, 1971, *apud*, RAMOS, 2005, p. 47).

No que diz respeito a caracterização de grupos de interesse, Truman (1971) argumenta que estes têm como objetivo em comum ter acesso ao processo decisório para atingir seus interesses, mesmo que não tenham uma organização formal. Tendo isso em vista, é necessário que as preferências e valores desses grupos se refiram de alguma forma ao governo, para que se configurem como “interesses”. Por outro lado, no que se refere ao conceito de *lobby*, este seria a tentativa de atores de exercerem influência em tomadas de decisões, por meio de contato direto ou manifestações públicas, de modo que utilizem diversas táticas, funcionando como grupos de pressão. (TRUMAN, 1971, *apud*, RAMOS, 2005, p. 35 e 36). Neste trabalho, os termos “grupos de pressão” e “grupos de interesse” serão permutáveis.

Cabe ainda ressaltar que o *lobby*, por meio de diferentes táticas, pode ser entendido como a prática de estabelecer contato com os tomadores de decisão. Ramos (2005) faz uma distinção entre o *lobby* público e o privado. O *lobby* público se refere a atuação através de manifestações e é adequado quando está relacionado a questões polêmicas e de grande visibilidade. O *lobby* privado, por outro lado, pode estar ligado ao público e é realizado pelo contato direto com os tomadores de decisão. Esse tipo de *lobby* é utilizado quando se quer defender questões direcionadas a grupos específicos e, por isso, costumam abarcar interesses pontuais e técnicos (RAMOS, 2005, p. 38).

Portanto, salienta-se que o fato de haver uma crise de representação dos partidos pode ser um contexto favorável para que surjam mais grupos organizados na sociedade civil, a fim de representarem determinadas demandas da população perante arenas políticas institucionais. Nos últimos anos, no Brasil, parte da sociedade civil buscou distanciar-se dos partidos políticos. Isso devido tanto a crises de representação, como também aos escândalos de corrupção que tem envolvido partidos políticos. Um exemplo da história recente da política brasileira que merece destaque são as Jornadas de Junho de 2013. Nesse ciclo de protestos, o qual começou com a pauta do aumento das tarifas de transporte público em São Paulo, liderados pelo MPL e que depois tiveram diversas

demandas, houve um desejo das massas de fazerem política sem a mediação institucional (TATAGIBA, 2014, pp. 39-43).

De acordo com análise feita por Tatagiba (2014), a rejeição às bandeiras partidárias (principalmente aos partidos de esquerda) foi algo muito comum nos protestos. O apelo à questão do combate à corrupção também ganhou grande destaque a partir de um certo momento das Jornadas. Com isso, os grupos à esquerda denunciaram como o tema da corrupção estava sendo tratado e usado como argumento para uma guinada à direita nos protestos. Nesse contexto, então, surge o MBL, bem como outras organizações da sociedade civil, que viram nesse contexto político uma oportunidade favorável para pautar suas ideias e demandas.

Tendo em vista a chance de criar uma marca com ideias liberais no Brasil, naquele ano (2013), foi criada a página do MBL no *Facebook*. Fizeram panfletos e algumas mobilizações, sem muito sucesso. Somente em novembro de 2014, após as eleições presidenciais em que Dilma Rousseff foi eleita e que o grupo ganhou novas lideranças, é que o mesmo começou a crescer e se firmar. O principal objetivo da organização, neste momento, era trabalhar para o *impeachment* da presidenta e pela derrubada de seu partido. Até meados de 2015, o grupo tinha um discurso de rejeição aos partidos políticos, mas, com o passar do tempo, isso se alterou. (GOBBI, 2016, pp. 67-68).

A seguir, então, apresentarei um histórico do *lobby* da sociedade civil no Brasil e, em seguida, será mostrado como grupos de interesse atuaram em outra campanha de relevância nacional, na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), para que possa ser feita uma comparação com as ações do MBL durante a campanha pelo *impeachment*, a fim de observar se utilizaram alguma estratégia inovadora.

2. Breve histórico do *lobby* da sociedade civil no Brasil

Existem poucos estudos que buscam entender o fenômeno do *lobby* no Brasil. Um dos motivos é pelo fato de não haver uma regulamentação da atividade, o que ajuda a criar uma ideia de que é algo ruim, ligado à corrupção e ao tráfico de influências. Além disso, há uma certa dificuldade de adaptar o conceito norte-americano à realidade política do país. (COSTA, 2015, pp. 72, 74).

Apesar disso, sabe-se que desde o Brasil Império existe a atividade e que portanto, representantes de grupos de interesses levam suas demandas aos legisladores, agindo como intermediários de seus grupos. Por exemplo, a maçonaria foi um importante grupo de pressão que influenciou na separação do Brasil de Portugal, bem como na manutenção da escravatura. Já no segundo império o Barão de Mauá foi um grande nome do *lobby*, uma vez que se destacou com seu pragmatismo e por estratégias bem estruturadas para fortalecer tanto a indústria nacional, quanto seus próprios negócios. (Idem, p. 72; FIGUEIREDO, 2011, p. 183, 184).

Entretanto, alguns autores, como Andrea Oliveira (2005), afirmam que a prática do *lobby* surgiu na época do regime militar. Apesar das instituições legislativas estarem fragilizadas devido à concentração de poderes no Executivo, alguns grupos ainda assim tinham contato com os militares, ocupavam postos estratégicos e pressionavam o Executivo com suas demandas. (OLIVEIRA, 2005, *apud*, PIRES, 2009, p. 17). Por outro lado, autores como Costa (2015), veem o período ditatorial como uma época muito difícil para as organizações lobistas, uma vez que sua principal arena de atuação foi fechada, o Congresso Nacional. Ambas correntes, todavia, concordam que somente a partir da redemocratização e com o fortalecimento do poder legislativo é que o *lobby* volta a ter grande relevância no cenário político nacional. (PIRES, 2009, pp. 17-18; COSTA, pp. 7576).

Diante disso, um momento muito importante e que teve grande atuação de organizações lobistas foi a ANC, em 1987-1988. Portanto, foram escolhidas duas atuações de organizações da sociedade civil nesse período para ilustrar as estratégias utilizadas pelos grupos para conseguirem que seus interesses fossem garantidos pela nova Carta Magna, a saber, o *lobby* do DIAP e o “*Lobby* do batom”. Esses exemplos foram escolhidos por terem representado dois dos principais *lobbies* para se obter uma constituição mais cidadã e democrática, além de ter sido dois eixos – direitos da mulher e direitos trabalhistas -, que conseguiram muito sucesso no que almejaram durante o processo da ANC. Ademais, tanto o “*Lobby* do Batom”, como o *lobby* do DIAP, representam a união de grupos que tinham um objetivo em comum, com o intuito de juntar esforços e terem mais resultados positivos com suas articulações e demandas, o que acredito convergir com uma das estratégias utilizadas pelos grupos da sociedade civil que apoiavam o *impeachment*, que muitas vezes também se juntaram para alcançarem tal objetivo.

2.1 O *lobby* trabalhista – DIAP

O DIAP é um grupo de interesses que incorpora bandeiras consensuais da classe trabalhadora e pretende transformá-las em lei no Congresso Nacional. Foi criado em 1983, inspirado na estrutura da *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO), uma organização sindical norte-americana. O *lobby* da organização se baseou em três estratégias principais: elaboração de estudos e projetos de lei; monitoramento de projetos e estudos; emissão de pareceres sobre projetos e estudos apresentados. Nos pareceres também tem a estratégia de atribuir notas aos parlamentares de acordo com sua atuação nas questões de interesse dos trabalhadores. (COSTA, 2016, pp. 770 e 771).

Antes da Constituinte, o grupo elaborou projetos que seriam defendidos pelo DIAP na ANC. O “Projeto Um” dizia respeito a proibição da demissão imotivada. Para que o projeto entrasse na pauta da Câmara, uma vez que ele foi elaborado pelo DIAP antes mesmo da constituinte, o grupo fez diversas ações. Fez uma grande campanha publicitária com *outdoors*, cartazes, boletins, dentre outros; coletou assinatura de todos os partidos políticos para que o projeto entrasse na pauta, porém faltava a de Pimenta Veiga (PMDB/MG), o qual era líder do governo Figueiredo. Para conseguir a assinatura do deputado, o grupo fez pressão pelos bastidores e contou com a ajuda da mídia. Aproveitou um evento em que o movimento sindical ia estar presente em Belo Horizonte, assim como o deputado, e foram até lá. Chegando no evento, o grupo, em frente à imprensa, afirmou que aquele era um momento histórico em que todos os partidos já haviam assinado e que só faltava o deputado. Diante dessa pressão, o deputado assinou o documento e o projeto entrou em pauta, sendo essa uma das primeiras atuações lobistas da organização. (Idem, pp. 774 e 775).

De acordo com Costa (2016), o *lobby* do DIAP na Constituinte foi favorecido tanto pelo momento, em que foi incentivada a participação pública, como pelo prestígio de Ulisses Riedel, criador e diretor-técnico da organização. Ele era advogado trabalhista de várias entidades sindicais e tinha bom relacionamento com as lideranças trabalhistas. Outro ponto a se considerar é que a constitucionalização dos direitos do trabalho reflete uma tendência internacional de reformas, em especial na América do Sul, à época. (Idem, 2016, pp. 775, 776 e 782).

Ademais, como estratégia, a organização acompanhava o trabalho dos parlamentares e divulgava boletins informativos e por meio do Jornal do DIAP, se eles

estavam atuando contrários ou favoráveis aos trabalhadores. Esse material era distribuído pelo Congresso, órgãos governamentais, entidades trabalhistas e jornalistas da grande imprensa. Também atribuíam nota a atuação dos parlamentares e elaboraram o “Quem foi quem na Constituinte”, que publicaram ao final do período em questão. Outra estratégia foi a elaboração de estudos que eram entregues para os constituintes e para os trabalhadores que compunham sua base eleitoral. (Idem, pp. 777 e 778).

Mais uma estratégia utilizada foi abordar parlamentares “isentos”, “de centro”, mas que eram simpáticos às propostas do DIAP. O grupo tinha uma equipe técnica qualificada que dava legitimidade às informações que estavam sendo produzidas e divulgadas. Além disso, contavam com a ajuda dos dirigentes sindicais para dar um respaldo político às propostas. A abordagem com os parlamentares seguia uma linha não hostil e a equipe tinha que estar muito bem alinhada e com bastante conhecimento do que estava apresentando. Apesar de não ser assumido a utilização de chantagem com os constituintes, os membros do DIAP faziam pressão dizendo que as decisões dos parlamentares em relação às causa trabalhistas seriam amplamente divulgadas em suas bases eleitorais. (Idem, pp. 778).

2.2 O “lobby do Batom”

Em 1985 foi criado pelo Congresso Nacional o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Essa ação vem de uma longa trajetória de lutas do movimento feminista do Brasil para a criação de um órgão no governo federal que desenvolvesse políticas públicas voltadas para melhorar as condições de vida das mulheres. Sendo assim, na época da constituinte, foi realizado um grande encontro nacional promovido pelo CNDM e deste encontro saiu a “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”. Essa carta sintetizou as demandas das mulheres brasileiras, tendo participação da sociedade civil a qual enviou diversas propostas. Ela foi entregue ao Deputado Ulisses Guimarães, então presidente do Congresso Nacional, em março de 1987, sendo também entregue nas Assembleias Legislativas de alguns estados. (PITANGUY, s/d, p. 1, 2).

Na época da ANC havia somente 26 deputadas federais, sendo a baixa representatividade feminina o primeiro obstáculo na constituinte. Além disso, dessas deputadas, apenas uma fazia parte do movimento feminista que era a Moema Santiago

(PSDB/CE), o que poderia dificultar a articulação com o movimento. (CARVALHO, 2012, p. 9).

Porém, acabou que se formou um grupo suprapartidário em que a maioria das constituintes estavam de acordo e trabalharam em conjunto com o CNDM formando a bancada feminina. De 1986 a 1988, praticamente todos os dias, o CNDM e organizações pelos direitos das mulheres, visitavam os gabinetes e lideranças dos deputados e senadores e apresentavam estudos, dados, estatísticas, testemunhos, denúncias e propostas para que a nova constituição considerasse as demandas das mulheres visando a construção de uma sociedade guiada por uma constituição mais cidadã e democrática. (PITANGUY, s/d, p. 1, 2).

Além dessas atividades dentro do Congresso, o CNDM também atuava diretamente com a sociedade para que suas demandas fossem compreendidas e apoiadas. Sendo assim, fizeram diversas campanhas na mídia, com propagandas de televisão, encartes de jornais e revistas, mensagens nas rádios, *outdoors* em todas as capitais, tudo isso de acordo com o que estava sendo discutido e articulado no Congresso. Ao final de todo esse trabalho, as mulheres conquistaram a maioria de suas reivindicações para a nova Constituição. (Idem, p. 3).

Uma curiosidade sobre o nome desse movimento é que ele foi dado por constituintes contrários à organização feminina. Sendo assim, tal nomenclatura pode ser comparada à outras expressões machistas e preconceituosas, como “Clube da Luluzinha”, por exemplo. Isso dá a ideia de que quando mulheres se reúnem, é somente para discutirem futilidades, como maquiagem, batom. (CARVALHO, 2012, p. 10).

Nesta seção, podemos ver algumas estratégias utilizadas por organizações da sociedade civil para pressionar o legislativo. Vimos que, para obter sucesso quando se tem algum objetivo político específico são necessárias várias ações que devem ser realizadas ao longo de um tempo suficiente para que o *lobby* seja satisfatório e se alcance os objetivos traçados. No capítulo seguinte, será apresentada uma discussão mais voltada para o *impeachment*, a fim de fazer relações com a revisão bibliográfica sobre *lobbies* e grupos de interesses. Sendo assim, será apresentada a Lei do *Impeachment* brasileira e, em seguida, como tem acontecido as contestações e quedas presidenciais na América do Sul.

CAPÍTULO 2 - Processo do *Impeachment*

1. Lei nº 1079/50 – Lei do *Impeachment*

Nessa seção será explicado como se dá um processo de *impeachment* de Presidente da República, para que haja uma melhor compreensão do fenômeno que está sendo estudado neste trabalho.

Para começar, é importante destacar que existe a Lei nº 1079, de 10 de abril de 1950, a qual define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, também conhecida como a Lei do *Impeachment*. A lei define como crime de responsabilidade sete ações do (a) Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e em especial, contra: a União; o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade na administração; a lei orçamentária; a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos; o cumprimento das decisões judiciárias.

A denúncia de crime de responsabilidade pode ser feita por qualquer cidadão comum para a Câmara dos Deputados, enquanto o (a) Presidente da República estiver no cargo. Chegando à Câmara, a denúncia, a qual deve ser assinada com firma reconhecida pelo denunciante e por, no mínimo cinco testemunhas, deve ser avaliada pelo Presidente da Casa.

Se e quando o presidente da Câmara considerar a denúncia válida e se estiver dentro da lei, será formada uma Comissão Especial para analisar o caso com representantes de todos os partidos, cumprindo requisito de proporcionalidade; caso contrário, é arquivada. Cabe destacar que o presidente tem discricionariedade para decidir se quer ou não dar andamento a pedidos de *impeachment* que chegam na Casa. Em pouco mais de seis meses de seu segundo mandato, Dilma Rousseff já havia sofrido 15 pedidos de *impeachment*³, porém, o que foi levado à diante foi o dos advogados Miguel Reale Júnior, Janaína Paschoal e Hélio Bicudo. A presidenta estava sendo acusada por eles de

³ <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/em-seis-meses-dilma-sofre-15-pedidos-de-impeachment-nacamara/> - Acesso em: 20/11/2017.

cometer crimes de responsabilidade ao abrir créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional e de ter feito as chamadas "pedaladas fiscais"⁴ (prática de atrasar repasses a bancos públicos a fim de cumprir as metas parciais da previsão orçamentária). Também vale lembrar que em novembro de 2015, um Conselho de Ética foi instaurado na Câmara para investigar se o então presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), havia cometido quebra de decoro parlamentar quando afirmou que não tinha contas no exterior na CPI da Petrobras. As investigações poderiam resultar em absolvição, censura verbal ou escrita, suspensão ou cassação do mandato.⁵ Eduardo Cunha negociou com os parlamentares do PT, que no caso eram 3 no Conselho, para que votassem a seu favor e, de fato, esses parlamentares estavam inclinados a seguirem o pedido do presidente, com a justificativa de manter a governabilidade. Mas, os representantes do partido, no dia 2 de dezembro de 2015, informaram que iriam votar pela cassação do mandato do deputado. Eduardo Cunha já tinha dado declarações que, caso os deputados petistas votassem contra ele, poderia haver retaliação e então ele iria acatar um dos pedidos de *impeachment*, além de mobilizar seus aliados para boicotar a pauta econômica que o governo pretendia aprovar⁶. Então, no mesmo dia, Cunha autorizou o prosseguimento do pedido de *impeachment* já mencionado acima, que havia chegado na Casa no dia 21 de outubro de 2015⁷.

Dando prosseguimento, o(a) acusado(a) tem dez dias para apresentar sua defesa e, enquanto isso, a Comissão pode pedir diligências para avaliar melhor a denúncia. Em seguida, a Comissão emite um parecer e, independente dos componentes da Comissão decidirem se a denúncia deve prosseguir ou não, a matéria será discutida e votada em Plenário por todos os (as) deputados (as). Na Comissão Especial do *impeachment* na Câmara dos Deputados, o parecer do relator Jovair Arantes (PTB/GO) favorável à

⁴ <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/521751-RETROSPECTIVA-2016-FICA-MARCADO-COMO-O-ANO-DO-IMPEACHMENT-DE-DILMA-ROUSSEFF.html> - Acesso em: 20/11/2017.

⁵ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/conselho-de-etica-instaura-processo-para-investigareduardo-cunha.html> - 20/11/2017.

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713918-bancada-petista-decide-votar-contra-cunha-noconselho-de-etica-da-camara.shtml> - Acesso em 20/11/2017.

⁷ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-deimpeachment-de-dilma.html> - Acesso em 20/11/2017.

abertura do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff, foi aprovado por 38 votos a 27⁸.

Quando o parecer chega ao Plenário para ser discutido e deliberado, 5 parlamentares de cada partido têm o direito de falar por uma hora sobre o parecer, sendo que o relator da Comissão Especial pode responder a todos os (as) parlamentares, caso queira. Para que a denúncia seja autorizada e o processo siga para a fase de julgamento, 342 parlamentares devem ser favoráveis, cumprindo uma maioria de 2/3 e, caso esse quórum não seja atingido, a denúncia é arquivada. Cabe pontuar que essa votação é nominal. A votação que autorizava o prosseguimento do processo de *impeachment* da presidenta Dilma durou seis horas e dois minutos e a sessão, nove horas e quarenta e sete minutos⁹. O deputado Eduardo Cunha fez um roteiro da discussão e votação do processo e colocou a votação para o domingo, 17 de abril de 2016. Colocar a votação no domingo, daria maior visibilidade aos trabalhos da Câmara, para essa pauta que era muito aguardada pela população, de acordo com Cunha. Os (as) deputados (as) aproveitaram a visibilidade e alongaram bastante a sessão.

Chamou a atenção da população as falas dos (as) parlamentares. Os (as) favoráveis ao relatório que dava prosseguimento ao processo exaltaram a pátria, Deus e as famílias. Além de proferirem palavras de ordem contra Dilma, o PT e contra a corrupção. Como exemplo, a seguir, a fala do deputado Marcos Feliciano (PSC/SP):

*Com a ajuda de Deus, pela minha família e pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem pra Rua, dizendo que Olavo tem razão, dizendo tchau para essa querida, e dizendo tchau ao PT, partido das trevas, eu voto sim!*¹⁰

Os (as) contrários (as) falaram muito em defesa da democracia, sobre a soberania do voto popular e que aquele processo era um golpe, como demonstrado com o discurso de Érika Kokay (PT/DF):

“Porque não tem saída fora da democracia, em homenagem ao povo brasileiro que carrega na alma as marcas da ausência da democracia, contra a corrupção que

⁸ <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/discussao-deimpeachment-comeca-na-sexta-e-votacao-sera-domingo.html> - Acesso em: 20/11/2017.

⁹ <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprovaprosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html> - Acesso em 20/11/2017.

¹⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762082-veja-frases-dos-deputados-durante-a-votacaodo-impeachment.shtml> - Acesso em 20/11/2017. ¹¹ Idem.

está sentada na presidência desta sessão, contra o golpe e a traição, em defesa dos direitos, em defesa da democracia, eu voto contra o golpe!¹¹”

No final, o relatório foi aprovado por 367 votos favoráveis e 137 contrários.

Continuando com os trâmites legais do processo, em caso da denúncia ser levada a diante, a mesma é encaminhada ao Senado Federal e o (a) Presidente da República é afastado (a) por 180 dias. O Senado deve, então, analisar a admissibilidade da acusação. Nessa fase, o Senado avalia se há provas mínimas que comprovem a ocorrência de um crime, para que então o (a) Presidente seja julgado (a). Por maioria simples, os (as) Senadores (as) decidem se a denúncia vai à julgamento e, em caso positivo, o (a) Presidente é oficialmente considerado (a) réu e permanece afastado (a) até o final do julgamento. Ademais, ainda perde 1/3 de seus vencimentos e, caso seja absolvido (a), esse montante é devolvido ao final do julgamento (UNIBH, 2016).

Passada a fase de admissibilidade, em caso de prosseguimento, vem o julgamento. Quem preside o julgamento é o Presidente do STF e são ouvidas testemunhas, acusação e defesa e também é permitido fazer perguntas às testemunhas. O Presidente irá fixar um tempo de até duas horas para que seja realizado um debate verbal entre acusado (a) e acusadores (as). Em seguida, discutir-se-á sobre o objeto da acusação.

Por fim, o Presidente do STF, encerra a discussão, resume os relatórios da denúncia, das provas da acusação e da defesa e abre a votação para o julgamento.

A votação é nominal e exige-se quórum de maioria de 2/3 para o (a) Presidente da República ser condenado pelos (as) Senadores (as). Em caso de condenação, o (a) Presidente da República é destituído (a) do cargo e fica inabilitado (a) para o exercício de qualquer função pública, durante um tempo fixado. Além disso, o (a) vice-presidente toma posse e assume o cargo, já que é o (a) primeiro (a) sucessor(a) do (a) Presidente. Em caso de absolvição, imediatamente será produzido todos os efeitos em favor do (a) acusado (a). No Senado, a votação do julgamento do *impeachment* de Dilma, foi via painel eletrônico¹¹, então, foi bem diferente do procedimento que foi adotado na Câmara. Dilma

¹¹ <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/saiba-como-sera-cadaetapa-do-julgamento-de-dilma-no-senado.html>

perdeu o mandato por 61 votos a favor e 20 contrários e o vice-presidente, Michel Temer, assumiu o cargo. Não houve faltas e/ou abstenções¹².

O julgamento do *impeachment*, antes de mais nada, é um julgamento político. Diante de como se deu o processo, isso ficou ainda mais claro, desde a aceitação do pedido pelo presidente da Câmara, até as votações, em que os parlamentares pouco se ativeram ao suposto embasamento legal que tinha a matéria e se posicionaram baseados em opiniões pessoalmente morais e políticas. A economia indo mal, juntamente com a baixa governabilidade do governo no Congresso, parece ter sido favorável para afastar a presidenta, mesmo que presidentes anteriores (FHC e Lula) tivessem feito o mesmo em relação as “pedaladas fiscais”.¹³ Além disso, um Congresso com tantos denunciados em diversas operações policiais por estarem envolvidos em escândalos, inclusive o próprio presidente da Câmara que conduziu o processo nesta Casa, não parece ter sido problema para seguir em frente com o processo contra a presidenta.

Devido ao fato de, neste trabalho, se pretender analisar como o *impeachment* ocorrido em 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff foi articulado por setores da sociedade civil organizada, juntamente com atores situados em arenas políticas institucionais, com foco no Poder Legislativo federal, foi aqui apresentada a Lei do *Impeachment* brasileira, bem como algumas considerações acerca do processo de 2015/2016. Tal exposição é importante, porque, como mostrado acima, o processo deve ser iniciado na Câmara dos Deputados e julgado pelo Senado Federal, logo, são as Casas de destaque no processo do *impeachment* e, portanto, é com os parlamentares do Congresso Nacional que as organizações da sociedade civil devem fazer pressão para conseguirem o que almejam, nesse caso. Sendo assim, foi sustentada nessa lei que ocorreu todo o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, independente de tal lei ter sido manipulada para justificar o crime de responsabilidade, ou não. No anexo, é mostrado um histórico do contexto político brasileiro 22 meses antes do *impeachment*.

2. Presidencialismo na América do Sul no pós-redemocratização

¹² <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/veja-como-os-senadores-votaram-no-julgamento-do-impeachment.htm>

¹³ <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2015/04/26/folha-pedaladas-fiscais-vem-desde-a-era-fhc/> - Acesso em: 20/11/2017.

Hochstetler (2007), ao fazer uma análise dos governos pós-redemocratização na América do Sul, verifica que no período de 1978 a 2003, mais de 20% dos presidentes eleitos na região deixaram o cargo antes de completar o mandato. Observa que esse fenômeno ocorre por três principais motivos: pelo fato dos presidentes estarem envolvidos em escândalos, por seguirem políticas neoliberais e por não terem maioria no Congresso. Além disso, constata também que a ocorrência ou não de protestos de rua é um fator a ser considerado, para saber quais presidentes realmente cairiam. (HOCHSTETLER, 2007, pp. 9-10).

De acordo com Linz (1994), no sistema presidencialista o presidente é eleito por via direta e tem legitimidade democrática individual, além de ser eleito para um mandato rigorosamente fixado. (LINZ, 1994, p. 6). Porém, segundo Hochstetler, na América do Sul tem se observado que em alguns casos a legitimidade dos presidentes eleitos não está durando o tempo devido. Isso porque, com uma certa frequência, os presidentes têm sofrido *impeachment*, renunciado ou sido afastados forçadamente por algum motivo. Cabe destacar que as rupturas têm sido dentro do regime democrático, uma vez que rapidamente outros presidentes civis assumem o cargo em vacância em decorrência de quedas dos seus antecessores. (Idem, pp. 10-11, 16).

A autora faz uma crítica à literatura que pouco tem se voltado a buscar compreender as relações Estado-sociedade para fins políticos. Afirma que da mesma maneira que a população confere um mandato legítimo para o presidente por meio da eleição, a mesma pode retirar o mandato que concede. Esse fenômeno está cada vez mais comum no processo de consolidação da democracia e tem que ser observado com maior cuidado. (Idem, p. 17).

No que diz respeito aos motivos que levaram a população a contestar os governos, o primeiro ponto elencado por Hochstetler, é a adoção de políticas neoliberais¹⁴. Os protestos que tinham esse motivo como pauta, eram convocados por organizações da

¹⁴ As políticas neoliberais foram adotadas a partir de 1989, com o Consenso de Washington, em que se difundia a proposta liberal do governo norte-americano por meio de entidades como o FMI, o Banco Mundial e o BIRD e visava estabelecer uma espécie de receituário a ser adotado pelos governos latinoamericanos a fim de tentar estabilizar suas frágeis economias. Sendo assim, John Williamson listou 10 pontos para ser objeto do consenso da década de 80 na América Latina e no Caribe. Esses pontos correspondem a políticas e reformas econômicas que circulam em torno de premissas como a desregulamentação da economia, redução do Estado e o aumento da abertura para o exterior, visando a soberania do mercado autorregulável nas relações econômicas internas e externas. (NEMETALA, 1995).

sociedade civil. Os sindicatos e estudantes costumavam estar à frente desses protestos, mas quando eram também voltados para o afastamento do presidente, alguns participantes autônomos se juntavam ao movimento. Portanto, os presidentes contestados seguiam muito mais uma linha de políticas neoliberais do que políticas populares. A corrupção e outros escândalos é outro motivo pelo qual as pessoas vão às ruas na América do Sul. Neste caso, o Congresso normalmente se junta com a sociedade para afastar o presidente. O primeiro fica com a parte legal e faz as investigações, enquanto a segunda apoia tais esforços. Sendo assim, muitas vezes são feitas grandes manifestações de massa caso o presidente seja considerado corrupto, independente de isso ser verdade ou não. O terceiro e último fator verificado por Hochstetler como recorrente na região e essencial para o afastamento de um presidente, é o mesmo ter minoria no Congresso. A maioria das contestações por esse ponto tinham motivações claramente políticas. Desse modo, os presidentes com minoria no Congresso revelam maior tendência para serem contestados e caírem. Apesar disso, esse não é um fator determinante para a queda de um presidente, uma vez que em países que o presidente tem maioria no Congresso, às vezes, ele também é contestado. (Idem, pp. 20-27).

Novamente, vale salientar a relação entre atores de instituições políticas e atores da sociedade civil, nas contestações e quedas dos presidentes na América do Sul. Foi verificado que quando aconteciam grandes protestos nas ruas, os parlamentares se convenciam a agirem contrariamente ao presidente. Às vezes, até mesmo parlamentares da base do presidente, após as manifestações, mudavam de lado. É fundamental lembrar também que a ação ou apatia das instituições pode contribuir para que o povo se mobilize ou não, já que elas podem fazer investigações internas, por exemplo. Além disso, a mídia também pode ter esse papel de investigar o presidente. (Idem, pp. 29-30).

Observa-se, portanto, uma relação interessante entre as contestações do legislativo e da sociedade civil. Onde houve ações do legislativo e a sociedade civil não se manifestou, a contestação fracassou. Já nos processos em que as ruas ficaram cheias, mas o legislativo não acompanhou, os protestos muitas vezes prosseguiram por si só e com sucesso. Vale enfatizar que nenhum presidente saiu com apenas um protesto de rua. Muito pelo contrário, a pressão acontece quando a sociedade se mostra organizada e quando persiste nas manifestações por dias ou quando as fazem muitas vezes, combinado com cobertura da mídia. Outro padrão observado é que depois de um tempo de contestações, os presidentes tentam negociar e caso venham a fracassar atuam, em alguns casos, com a força militar para tirar os manifestantes das ruas. Essa ação tem repercutido de maneira

positiva para a sociedade e negativa para os presidentes. Apesar disso, segundo Hochstetler, a maioria dos protestos tem um cunho não violento, nos casos de contestações e quedas presidenciais. (Idem, pp. 31-32).

Por fim, é essencial estabelecer conexões entre as contestações e quedas presidenciais com a crise de representação que existe na América do Sul. Os partidos apresentam dificuldades em canalizar as demandas da sociedade para as instituições existentes. Inclusive, a presença de partidos políticos e de representantes que estão no Congresso não faz parte da lógica dos protestos, na maioria dos casos. Porém, para que a representação tenha qualidade e para que se tenha uma estabilidade na democracia da região, é necessário que a sociedade civil e a sociedade política consigam se alinhar. (Idem, pp. 36-40).

Apesar das importantes contribuições de Hochstetler (2007) para o debate acerca de crises e quedas presidenciais na América do Sul, é preciso rever seus achados sobre o tema, dado os acontecimentos recentes na região. Por exemplo, no Paraguai, em 2012, o presidente Fernando Lugo foi destituído do cargo sem que houvesse manifestações, protestos ou alguma mobilização significativa da sociedade civil, nem o contestando, tampouco o apoiando. (COELHO, 2014, p. 25). Isso mostra que a teoria de Hochstetler (2007), de que necessariamente para a queda ou manutenção de presidente do cargo na América do Sul deve haver a presença de sociedade civil organizada e/ou movimentos sociais nas ruas, já não abarca todos os afastamentos que vem acontecendo na região. Além disso, a questão de adoção de políticas neoliberais por parte do governo, também não parece ser mais um ponto impreterível na queda presidencial, já que não era uma característica do governo de Fernando Lugo.

O cientista político Aníbal Pérez-Liñan, que também estuda o tema, tem repensado os recentes casos de quedas presidenciais na América do Sul. Em entrevista dada em 2016, Pérez-Liñan fala sobre a importância de o grupo que está no governo criar um “escudo popular” com a finalidade de sensibilizar o Congresso para inviabilizar um *impeachment*. Em seu livro, *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America* (2007), o autor já fala sobre o “escudo legislativo” que é o grupo de parlamentares dispostos a apoiar o presidente no Congresso, quando há manifestações populares para o seu afastamento. Tal escudo depende de fatores institucionais, partidários, eleitorais, bem como da capacidade do presidente em negociar com o Legislativo e articular coalizões. Agora, Pérez-Liñan propõe o “escudo popular”. Esse

conceito se refere a parte da sociedade disposta a dar respaldo ao presidente, mesmo que este esteja envolvido em escândalos e corrupção ou que o Congresso esteja querendo abrir um processo de *impeachment* contra ele. O autor destaca, porém, que esse último escudo se enfraquece em períodos de crise econômica e inflação. Afirma ainda que a maior parte dos conflitos entre Legislativo e Executivo acontecem quando o “escudo popular” está enfraquecido e o presidente tem uma grande oposição no Congresso, precisando de um “escudo legislativo” forte e estruturado. (CHAGAS, 2016, pp. 107109).

Além disso, Pérez-Liñan fala da necessidade de entender que os meios de comunicação têm um papel estratégico na divulgação de escândalos que envolvem presidentes. Faz uma crítica tanto à corrente que acha que a mídia tem apenas um papel investigativo, quanto à parte da literatura que defende que a mídia tradicional manipula as massas contra o governo e os grupos de esquerda. Os meios de comunicação têm uma agenda própria, posições editoriais e interesses comerciais. Portanto, os meios tradicionais também têm normas profissionais e devem validar as informações que repassam, até porque hoje em dia, existem meios alternativos de se conseguir informações. Porém, o autor afirma que os meios comerciais de divulgar informações, o fazem realmente, de maneira estratégica. A estratégia segue a opinião pública, uma vez que, caso os indicadores econômicos estejam indo bem e o presidente seja popular, os meios de comunicação tradicionais pouco atacam o governo, já que não têm incentivos, pois os espectadores não querem notícias ruins. Por outro lado, se a economia vai mal e o presidente for mal avaliado pela população, os meios de comunicação têm mais incentivos para noticiarem matérias negativas, já que a população está com mais sentimentos também negativos, em relação ao governo. Isso quer dizer que, principalmente quando se tem uma crise econômica, as notícias que envolvem escândalos, não são independentes da popularidade do governo. (Idem, pp. 107, 110-111).

A análise apresentada por Hochstetler também precisa ser atualizada no sentido de incluir o papel das novas mídias. Nesse sentido, Pérez-Liñan diz que essas plataformas possuem um efeito ambíguo em processo de *impeachment*, uma vez que podem aumentar a capacidade de investigação midiática, além de conseguir mobilizar maior quantidade de pessoas. Entretanto, as redes sociais têm exercido um papel de redirecionar a opinião pública a fontes de informações alternativas em relação aos meios de comunicação tradicionais, facilitando que os grupos sociais encontrem fontes de informações que reafirmem suas posições políticas, bem como também facilita o possível descarte das informações da mídia tradicional. (Idem, pp. 116-117).

Outro ponto observado por Hochstetler é que nos anos 90 alguns presidentes da América do Sul adotaram medidas impopulares e neoliberais, por isso sofreram contestação por parte da sociedade e, como consequência, uns foram afastados pelos Congressos de seus países. Contudo, nos últimos afastamentos que ocorreram na região, os presidentes eram considerados à esquerda do centro do espectro político-ideológico, então a narrativa anterior de análise não se encaixou. Isso porque o que tem se observado é que em contextos de crise econômica e insatisfação social, a sociedade tem se mobilizado, independentemente de ser contra presidentes neoliberais (Idem, p. 114).

Dessa forma, a análise sobre crises e quedas presidenciais da América do Sul tem se tornado muito mais complexa do que se via nos anos 90. Sendo assim, novas teorias e conceitos devem ser criados para abarcar as maneiras pelas quais esses fenômenos têm acontecido na região, o que configura um desafio para a ciência política, na atualidade.

CAPÍTULO 3 - O lobby do MBL na Câmara no caso do *impeachment* de Dilma Rousseff

1. O Movimento Brasil Livre

Durante as Jornadas de Junho de 2013 um grupo de jovens viu naquele contexto político um momento, que acreditavam ser favorável, para criar uma marca com ideias liberais. Com o objetivo de ajudar a dar um direcionamento mais definido e prático às Jornadas, Juliano Torres (28 anos), criou então, tal marca, juntamente com alguns outros jovens que participavam do grupo Estudantes pela Liberdade. Os jovens queriam criar uma marca à parte do EPL, pois esta entidade recebe recursos financeiros de organizações como a *Atlas Network* e a *Students for Liberty* (EUA), as quais não podem patrocinar ativistas políticos, devido a uma restrição da Receita norte-americana. Sendo assim, optaram por atuarem como pessoas físicas e não como organização¹⁵, e então criaram a página no *Facebook*, distribuíram panfletos, fizeram algumas mobilizações. Porém, quando as Jornadas de Junho acabaram, o projeto também acabou. Para não perderem a página que já contava com aproximadamente 10 mil seguidores e nem o material que já tinham produzido, outros jovens ligados à rede Estudantes Pela Liberdade foram convidados a assumirem a marca para darem continuidade ao projeto¹⁷. (GOBBI, 2016, p. 67). Ian Garcez, membro do MBL, fala um pouco sobre o começo do movimento e a falta de participação política dos primeiros membros:

“Os primeiros membros do MBL de SP... Um deles tinha participado do DCE universitário. Os outros não tinham nenhuma experiência política. Era... um deles era produtor musical e cantor, de uma banda até popular; e o outro era um youtuber, razoavelmente famoso, [...] era um pessoal ligado à produção de arte e nenhuma experiência política.” (GARCEZ, 2017. Entrevista pessoal).

Apesar da página do *Facebook* existir desde 2013, somente em novembro de 2014 é que a marca se transformou numa organização e começou a se consolidar. De acordo com Góes (2017, entrevista pessoal), a primeira ideia com a criação da marca MBL, era de fazer uma comunicação em massa que divulgasse ideias liberais. Depois que a marca passou para o comando de Kim Kataguiri, Renan Santos e seu irmão, Alexandre, é que se

¹⁵ <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> - Acesso em 22/11/2017.

¹⁷ Idem.

tornou uma organização da sociedade civil e após as eleições presidenciais de 2014, passou a pautar o *impeachment* da presidenta Dilma. Góes afirma ainda que os pioneiros criaram o nome do movimento, mas não criaram a sua identidade. O MBL investiu muito na estética, o que segundo ele, era uma estratégia que antes era monopólio da esquerda.

Um fato interessante do movimento é que, até 2015, este se posicionava contrário a partidos. Porém, com a proximidade das eleições de 2016, o discurso foi modificado e inclusive, lançaram candidaturas e elegeram alguns de seus membros, como por exemplo o prefeito do município de Monte Sião (MG), Zé Pocai (PPS) e 7 vereadores, sendo um deles Fernando Holiday (DEM/SP)¹⁶. (GOBBI, 2016, p. 68). Um outro ponto de destaque acerca da trajetória do movimento é que, se antes era um movimento contra o PT e pelo *impeachment*, hoje em dia o MBL se posiciona e faz *lobby* no Congresso acerca de diversas questões, como por exemplo, o projeto “escola sem partido” e a reforma trabalhista. De acordo com Kim Kataguirí, o MBL assume um papel de intermediador entre a sociedade civil e o parlamento, já que leva as demandas e posicionamentos do cidadão comum para o Congresso, funcionando como um “sindicato”. (2017, Entrevista pessoal).

2. Repertórios de estratégias e repertório contencioso

Federico Rossi (2015) analisou por treze anos, de 1996 a 2009, os Piqueteiros ou o Movimento dos Trabalhadores Desempregados da Argentina. Segundo o autor, o movimento surgiu devido ao grande número de desempregos e da desindustrialização gerados no país na década de 90, em decorrência de adoções de medidas neoliberais pelo governo. Em sua análise, Rossi elenca estratégias utilizadas pelos diversos movimentos conhecidos como Piqueteiros. Constata que somente as ações públicas enquadradas no repertório de contestação não conseguem abarcar as diversas estratégias que foram utilizadas pelos movimentos, incluindo aquelas não tão públicas e as privadas, o que o impulsionou a propor o conceito de “repertório de estratégias” (ROSSI, 2015, pp. 2, 8).

As principais estratégias utilizadas pelos Piqueteiros que se enquadram no conceito de repertório contencioso foram piquetes, protestos e acampamentos. Realizaram diversas manifestações nas ruas com centenas de participantes, contra o governo. Também acamparam em frente à Casa do Governo, em Buenos Aires, para pressionarem

¹⁶ <https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/10/02/desempenho-do-mbl-nas-urnas.htm> - Acesso 01/12/2017.

o presidente a lhes darem um emprego. (Idem, pp. 10-11). Por outro lado, as que se enquadram no conceito de repertório de estratégias mais comuns entre os movimentos, são as estratégias multissetoriais, o basismo e o testemunho, as quais serão explicadas a seguir.

As estratégias multissetoriais se caracterizam por serem diferentes versões de uma mesma estratégia, com base na ideia de que se tem que juntar esforços com grupos da sociedade e/ou políticos para alcançar certos objetivos, podendo ser complementares entre si e não tão públicas. Um dos tipos de estratégias multissetoriais, a “frente popular multi-classe”, diz respeito a aliança entre grupos que não estão necessariamente no mesmo espectro político-ideológico. Outro tipo se refere a uma estratégia não eleitoral, mas que desempenha papéis importantes direta ou indiretamente em períodos eleitorais, como protestos, clientelismo, dentre outros, com o nome de “aliança insurrecional com a direita”. Por fim, tem também a estratégia de fazer com que os grupos ocupem cargos eletivos ou cargos nos governos, de forma que penetrem no Estado para colocarem seus planos políticos em prática, nomeada como “colonização do Estado” (Idem, pp. 20-21).

Outro tipo de “repertório de estratégias”, proposto por Rossi, é o denominado pelo autor de “testemunho”. Essa estratégia se refere a mostrar as opressões do sistema por meio de experiências dos líderes dos movimentos. Os Piqueteiros a utilizaram de duas formas: para fins insurrecionais, com ações violentas contra propriedades privadas; e para fins eleitorais, por meio de ferramentas simbolicamente disruptivas. Ambas vertentes conseguiram chamar a atenção da mídia para suas manifestações e acabaram divulgando suas ideias. Isso é interessante, pois é uma forma de colocar o foco midiático no problema que estão questionando, conseguindo apoio da população e recrutando ativistas, sem depender de recursos econômicos para gerar sua própria propaganda. Uma última estratégia utilizada pelos Piqueteiros e que merece destaque é o basismo. Essa estratégia consiste em construir eixos de ação “de baixo” sustentadas no método de organização baseadas em assembleias em áreas periféricas, onde se encontram pessoas que participam do movimento ou que simpatizam com ele, mas não são lideranças. (Idem, p. 16, 18-24, 33).

As diferenciações entre estratégias propostas por Rossi também são úteis para analisar o caso do MBL durante a campanha pelo *impeachment*. Algumas ações públicas utilizadas pelos Piqueteiros, também foram utilizadas pelo MBL. O movimento realizou diversos protestos e conseguiu, juntamente com outros atores, mobilizar para as ruas

milhares de pessoas. Além disso, também se articulou tanto com outros movimentos organizados da sociedade, como com partidos e parlamentares, por meio de ações não tão públicas ou privadas. Na tabela 1, é possível verificar as diferentes ações realizadas pelo MBL, divididas entre repertório contencioso e repertório de estratégias. Além disso, para fins deste trabalho, outra subdivisão foi feita: a separação entre ações online e off-line. Vale ressaltar que foi feito um esforço para se separar os repertórios para a explicação ficar mais clara, porém, não necessariamente essa separação precisa ser feita em todos os casos, uma vez que os repertórios podem ser complementares entre si. Em seguida, explicaremos cada uma dessas ações.

Tabela 1: Repertório de Estratégias X Repertório Contencioso do MBL durante a Campanha do *Impeachment*

Repertório de Estratégias	Repertório Contencioso
Off: Contato com líderes partidários e atores chaves no Congresso;	Off: Protestos;
On e Off: Operação Minerva (divulgação de número de telefones de parlamentares, contato com o meio social do parlamentar...).	Off: Acampamentos;
On e Off – Contato com membros dos movimentos que não são lideranças;	Off: Discursos por cidades brasileiras para divulgar o <i>impeachment</i> e o Movimento;
On: Uso das redes sociais virtuais para propagar o posicionamento do movimento e para convocar para ações públicas offline.	On: Exposição de posicionamento de parlamentares para suas bases nas redes sociais virtuais.

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e análise documental.

3. Interações com os parlamentares, com os partidos políticos e com a sociedade civil

Tendo em vista que o processo do *impeachment* acontece no Congresso Nacional, por ser um julgamento político, acima de tudo, era essencial que o MBL e os demais grupos favoráveis ao afastamento de Dilma articulassem com os atores políticos das Casas. Além disso, precisavam de um apoio da sociedade civil para que os parlamentares se sentissem pressionados a agir de acordo com suas demandas. Dessa forma, abaixo estão

as estratégias usadas pelo MBL em sua articulação tanto com os parlamentares e partidos políticos, quanto com a sociedade civil não organizada.

3.1 Estratégias online

3.1.1 Repertório de estratégias

O Movimento Brasil Livre se consolida em 2017 como o movimento que mais provoca interações e cresce no *Facebook*, de acordo com a ferramenta CrowdTangle¹⁷, da própria plataforma/empresa.¹⁸

Segundo Castells (2013), as mídias sociais estão reconfigurando as relações de poder, uma vez que a comunicação já não está sob o controle do Estado e das grandes empresas. De acordo com essa visão, os movimentos sociais funcionam como um contrapoder, apresentando-se por meio de uma comunicação autônoma, não vinculada àqueles que detêm o poder institucional. Nos dias de hoje, então, tendo em vista que vivemos em uma sociedade em rede, a comunicação autônoma se dá principalmente mediante plataformas da internet, o que não exclui a importância dos movimentos de construir ações off-line também. (CASTELLS, 2013, p. 10, 18-19).

No que se refere ao poder, Castells afirma que esse é exercido por meio da coerção (pelo Estado, que detém o monopólio da violência), ou por meio da manipulação simbólica, ao criar significados na mente das pessoas. Exercer o poder por meio da força é um modo daqueles que controlam a sociedade, impõem suas vontades. Mas, mudar a mente das pessoas é uma maneira muito mais decisiva e estável. Isso porque o jeito com que as pessoas pensam, determina rumos de instituições, normas e valores em que a sociedade se baseia. Sendo assim, a luta fundamental pelo poder está norteada pelo objetivo de conseguir construir significado na mente das pessoas. (Idem, p. 13).

A construção simbólica é pautada nas mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas pelas redes de comunicação multimídia. Apesar de cada indivíduo processar na sua mente as informações que chegam até ele de uma maneira particular, o ambiente

¹⁷ CrowdTangle é uma ferramenta que o Facebook comprou para rastrear a difusão de conteúdo na internet, realizando medidas de performance social e identificando influenciadores digitais. Isso significa que a empresa pretende cada vez mais explorar o direcionamento de conteúdo compartilhado por seus usuários. (<https://www.tecmundo.com.br/facebook/111864-facebook-compra-plataforma-mede-conteudoinfluenciadores-sociais.htm> - Acesso em 21/11/2017).

¹⁸ <http://politica.estadao.com.br/blogs/vox-publica/livre-influente-e-solto/> - Acesso em 12/11/2017.

de comunicação influencia no processamento mental. Logo, mudando o ambiente de comunicação, modifica-se também as construções de significados, portanto, as relações de poder. Castells classifica as comunicações feitas por meio da internet e de plataformas sem fio, como autocomunicação, pelo fato de o remetente escolher o modo como reproduz a mensagem, decidir para onde quer redirecioná-la e por poder selecionar aquelas mensagens que deseja recuperar. Também é classificada como comunicação de massa, por processar as mensagens de muitos para muitos, já que se conecta com uma multiplicidade de receptores e a um número infindável de redes que transmitem informações por todo o mundo. (Idem, p. 14-15).

Em seu livro, *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet* (2013), Castells faz uma análise de movimentos de esquerda. Porém, as ferramentas online são utilizadas por diversos segmentos da sociedade, independente da ideologia. Nesta monografia nos baseamos tanto nas análises de Castells sobre os movimentos sociais na era das sociedades em rede como nas contribuições de Rossi sobre as estratégias de movimentos sociais, para analisar as ações do MBL na campanha pelo *impeachment*.

Diante do exposto, podemos dizer que, analogamente, o MBL usou a estratégia de testemunho usada pelos Piqueteiros, mas, diferentemente destes, fez uso intensivo das redes sociais virtuais. Isso porque por meio de suas redes, conseguiram chamar atenção para o que estavam questionando e reivindicando, apresentaram suas ideias, além de conseguirem o apoio de parte da população e de recrutarem alguns membros para seu movimento. Em novembro de 2017 a página principal do MBL no *Facebook* conta com mais de 2,5 milhões de seguidores¹⁹, fora as páginas do movimento nos estados e cidades brasileiras. Este número mostra a capilaridade conseguida pelo movimento com a sociedade, já que outros movimentos têm bem menos seguidores em suas páginas. Por exemplo, o Revoltados Online tem menos de 2 mil²⁰ seguidores, o Nas ruas, pouco mais de 500 mil²¹ e o Vem pra Rua, mais de 1,6 milhão²², e apesar de ser um número expressivo, corresponde a quase um milhão de pessoas a menos que a página do MBL. O grande número de interações (curtidas, compartilhamentos e comentários) que a página do movimento tem, hoje em dia, o faz ser a organização que mais cresce nas redes sociais

¹⁹ https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs – Acesso em 15/11/2017.

²⁰ https://www.facebook.com/revoltadosonlinebrasil/?ref=br_rs – Acesso em 21/11/2017.

²¹ <https://www.facebook.com/nasruas/> - Acesso em 21/11/2017.

²² https://www.facebook.com/vempraruaneet/?ref=br_rs – Acesso em 21/11/2017.

virtuais, no Brasil. Isso sem contar com o material produzido pelo grupo que por vezes viraliza no *Whatsapp*, por exemplo, chegando a milhares de pessoas.

Tamanho sucesso em conseguir adesão de pessoas online, de acordo com Kim Kataguirí, coordenador e um dos principais nomes do movimento, é graças à linguagem utilizada pelo grupo. A seguir, um trecho de sua fala na entrevista que confirma este fato:

“A gente [o MBL] não é técnico, a gente não é elitista, a gente não é numérico como os institutos liberais conservadores são e eles estão corretos em ser, porque eles têm que formar a massa crítica, precisa formar a inteligência do país e não formar militância. Então acho que por isso que a gente foi aí o primeiro movimento liberal, meio conservador a se preocupar com a linguagem, se preocupar em transmitir a mensagem mais do que trabalhar a própria mensagem em si.” (KATAGUIRI, 2017. Entrevista pessoal).

Kataguirí fala ainda que, no começo, a maior barreira enfrentada pelo movimento era a midiática, ou seja, eles precisavam ser reconhecidos para serem ouvidos e ganharem espaço político. Sendo assim, mais uma vez, reforça a importância da linguagem:

*“[...] o maior problema era ter divulgação, era fazer ser ouvido. E isso acho que a gente conseguiu superar criando, trabalhando com uma linguagem como acho que nenhum outro instituto, iniciativa liberal ou conservadora conseguiu... e traduziu ali umas ideias para a população comum e fez com que ela se engajasse, fez com que, além do aspecto racional, também pegasse o aspecto emocional das pessoas, né... que a “direita”, **digamos assim... direita, digo... instituições fortes e Estado com poder limitado... negligenciavam.** Então, a gente conseguiu alcançar a população, alcançando a população, acho que ficou notória a nossa capacidade de mobilização e de comunicação e tendo isso, dizia Ulisses [Guimarães], né: político se move é pela rua.”* (KATAGUIRI, 2017. Entrevista pessoal).

Como visto nas falas de Kataguirí, a linguagem foi fundamental para o movimento conseguir convencer uma parte da sociedade a entendê-lo e apoiá-lo. Com a linguagem usada, o coordenador do MBL afirma ainda ter mexido com o aspecto emocional das pessoas, que é justamente o que Castells fala quando se refere a luta pelo poder. O MBL conseguiu, com sua comunicação, construir significado na mente das pessoas. O ambiente de comunicação usado, no caso, redes sociais virtuais, modificou as relações de poder. Por meio de autocomunicação em massa, o MBL transmitiu suas mensagens e angariou apoiadores. Essa estratégia do uso da linguagem se relaciona ao “testemunho” de Rossi, uma vez que por meio de suas postagens, colocaram um foco no problema que estão

questionando, conseguiram apoio de parte da população e recrutando alguns ativistas, sem depender de recursos econômicos para gerar sua própria propaganda. A diferença dos

Piqueteiros para o MBL, neste caso, é que por meio desta estratégia, o primeiro grupo buscava superar uma condição de marginalização de suas ideias, enquanto o segundo procura destacar suas reivindicações por meio de uma linguagem estratégica, como já foi destacado.

Além das ações online via *Facebook*, como já dito acima, os “memeiros” do MBL produziam material para ser divulgado também pelo *Whatsapp*. Segundo Ian

Garcez, Rafael Rizzo, é o “memeiro” chefe do movimento e cuida também da página do *Facebook*. O “memeiro” é a pessoa que faz um conteúdo que viraliza rápido, os memes, que podem ser vídeos, fotos, música, dentre outros. Garcez conta que na reta final da campanha pelo *impeachment*, o MBL divulgou o número dos celulares pessoais dos parlamentares e isso se espalhou rapidamente:

“[...] saiam memes com celulares particulares dos parlamentares... O Piciani (PMDB/RJ), acho que a gente soltou três (números de celulares), era pra não deixar os caras usarem celular mesmo... A gente queria que ligassem, ligassem, ligassem, atéeee...” (GARCEZ, 2017. Entrevista pessoal).

Essa foi mais uma estratégia online, em que o movimento contava com o apoio da base eleitoral dos candidatos, para fazer pressão. Quando questionado como conseguiu os telefones, Garcez disse que foi trabalho dele e não deu detalhes.

3.1.2 Repertório de Contestação

Além de manifestar seus posicionamentos e de usar o espaço virtual para convocar apoiadores para ações públicas, como protestos e acampamentos, o movimento ainda usou tal espaço para expor e pressionar parlamentares na época do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, por meio de vídeos, fotos e textos. A página do movimento expunha, principalmente parlamentares indecisos, para que então a sua base eleitoral visse seu posicionamento e ajudasse a pressionar também. Abaixo, um post na página do *Facebook* do MBL, em que o movimento faz um apelo ao deputado Esperidião Amin que se posicione, já que a sua base eleitoral, que é de Santa Catarina, supostamente esperava que ele se posicionasse favorável ao processo.

Figura 1: MBL pressionando parlamentar indeciso no *Facebook*.



Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/33130000327483/?type=3&theater> – Acesso em 04/12/2017.

Quando o deputado se posicionou favorável, o MBL soltou um vídeo em sua página do *Facebook*, parabenizando o parlamentar por ter “ouvido as vozes das ruas e a pressão popular”²³. De acordo com Kataguirí, essa estratégia influenciou bastante os parlamentares, pois a maior parte dos votos foram dados devido à pressão popular. (2017, Entrevista pessoal). A seguir, a fala do deputado Adail Carneiro (PP/CE), na hora de dar seu voto favorável no Plenário da Câmara, a qual demonstra o impacto da pressão nas redes sociais:

*“Reconheço o trabalho belíssimo que o ex-presidente Lula fez pelo nosso Brasil, dando oportunidade aos mais pobres, que nada tinham até os governos anteriores. Quero pedir desculpas a ele e também ao Cid Gomes. Mas não posso deixar de atender aos pedidos das redes sociais para que tenhamos nova oportunidade ao povo brasileiro”.*²⁴

3.2 Estratégias off-line

3.2.1 Repertório de contestação

Apesar da grande importância das estratégias on-line apresentadas acima, as estratégias off-line contenciosas foram essenciais para o MBL no processo do *impeachment*. A internet serviu, principalmente, para o movimento se consolidar e

²³ <https://www.facebook.com/mblivre/videos/331328500324633/> - Acesso em 04/12/2017.

²⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762082-veja-frases-dos-deputados-durante-a-votacao-doimpeachment.shtml> - Acesso em 21/11/2017.

conseguir o apoio da sociedade, por meio da divulgação de suas ideias, bem como a fim de convocarem para as ações públicas que iriam realizar. Além, claro, de servir também como meio de fazer pressão para os parlamentares se posicionarem, de preferência a favor do *impeachment*. De acordo com Kataguirí, devido à capacidade de comunicação e mobilização do MBL, o movimento conseguiu convencer milhares de pessoas a irem às ruas, o que, provavelmente, causou algum impacto no posicionamento dos parlamentares. Vale lembrar que outros movimentos também fizeram parte desse processo, mas neste trabalho o foco está na análise do Movimento Brasil Livre.

A estratégia dos protestos, que faz parte do repertório de contestação, foi marcante em todo o período que antecedeu o afastamento da presidenta. Houve 13 protestos que tinham o MBL como parte do grupo de organizadores, de 1º de novembro de 2014 a 31 de julho de 2016, fora aqueles em que outros movimentos estavam à frente das convocações. (DIAS, 2017, p. 107). No dia 13 de março de 2016, alguns veículos de comunicação noticiaram que mais de três milhões de pessoas foram às ruas protestar, principalmente, a favor do *impeachment* da presidenta Dilma²⁵. De acordo com Ian Garcez, membro do MBL, este protesto foi o maior da história da América Latina. (2017, entrevista pessoal). As manifestações nas ruas aconteceram em diversas cidades do Brasil e tinham como pauta de alguns grupos e pessoas, além do afastamento da presidenta, a cassação da chapa de Dilma-Temer, contra a corrupção, contra o PT, contra o expresidente Lula, dentre outras.

O grande número de pessoas nas ruas foi um ponto de muito impacto no processo do *impeachment*. De acordo com Hochstetler (2007), a pressão acontece quando a sociedade se mostra organizada e quando persiste nas manifestações por dias ou se as fazem muitas vezes, combinado com cobertura da mídia. As organizações da sociedade, como o MBL, conduziram os protestos e persistiram em suas convocações por mais de um ano, o que demonstrou serem movimentos organizados e com uma pauta clara em comum: o *impeachment*. A autora também verifica que, nos casos de contestações e quedas presidenciais na América do Sul, é comum, nos casos de haver grandes protestos de ruas, os parlamentares acabarem se posicionando contra o presidente. Com o grande apelo das ruas, até mesmo parlamentares da base aliada do presidente, podem mudar de lado. (HOCHSTETLER, 2007, p. 29). A pressão das ruas pode ter feito muitos dos

²⁵ <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marcodo-ano-passado,10000021047> – Acesso em 12/11/2017.

parlamentares votarem a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, sendo verificado também, o desembarque de parte da sua base no Congresso durante o processo, o que reafirma os achados de Hochstetler. Como maneira de constranger e pressionar parlamentares, os movimentos que convocaram e organizaram os protestos, entre eles o MBL, citava nome de parlamentares indecisos durante as manifestações, para que a população cobrasse deles uma posição em relação à matéria²⁶.

Outro tipo de ação pública que foi usada pelo MBL e que é importante constar foi a “Marcha pela Liberdade”. O movimento convocou uma caminhada de São Paulo até Brasília, em abril de 2015. A caminhada duraria cerca de um mês e levaria um manifesto com dez reivindicações, para serem entregues aos congressistas, sendo que o primeiro item era pelo *impeachment* da presidenta²⁹ (ver Figura 2). Segundo Garcez (MBL), conseguiram cerca de 2 milhões de assinaturas e levariam o pedido para protocolarem na Câmara. Além disso, com a Marcha, tinham o objetivo de ir andando e parando nas cidades, fazendo discursos e tentando ganhar mais adeptos à causa. Por fim, queriam concluir a caminhada com uma grande manifestação, marcada para 27 de maio de 2015³⁰. Esta ação também teve apoio de outros movimentos, como Vem pra Rua e Revoltados Online²⁷. Ian Garcez diz que entrou para o MBL nesta época. A seguir, trecho da entrevista:

“Na verdade, na segunda manifestação, feita em 2 de abril de 2015, foi feita uma convocação pras pessoas que quisessem andar de São Paulo para Brasília a pé, pra fazer o protocolo do pedido de impeachment. Daí eu me voluntariei, foi um grupo de mais ou menos trinta pessoas, que caminharam de São Paulo até Brasília, 33 dias. Chegaram aqui e fizeram aquela famosa entrega pro Cunha, cê lembra da foto bem bonitinha da galera? (ver Figura 3) Aquele dedo pra cima era I de impeachment, só que não colou.

Mas a ideia era... é porque a gente tava inspirado na ideia do Winston Churchill, que ele fazia o V de vitória e na época, foi uma grande campanha na Inglaterra e a gente achou que talvez o I de impeachment, colasse. Mas ninguém entendeu a referência. [...] Aí a gente fez a entrega do pedido de impeachment e aí deu continuidade a esse processo.” (GARCEZ, 2017. Entrevista pessoal).

²⁶ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/24/politica/1458832560_657858.html - Acesso em 14/12/2017.

²⁹ <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/8220-impeachment-ja-8221-veja-as-10-exigencias-domovimento-brasil-livre-na-8216-marcha-pela-liberdade-8217-ate-brasilia/> - Acesso em 13/11/2017. ³⁰ <https://oglobo.globo.com/brasil/integrantes-do-movimento-brasil-livre-chegam-brasilia-tentam-ganharadeptos-ao-impeachment-16258776> - Acesso em 13/11/2017.

²⁷ <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-movimento-brasil-livre-em-movimento-marcha-pela-liberdade-completa-hoje-uma-semana/> - Acesso em 13/11/2017.

Figura 2: Manifesto da “Marcha pela Liberdade” (2015).



Fonte: <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/8220-impeachment-ja-8221-veja-as-10exigencias-do-movimento-brasil-livre-na-8216-marcha-pela-liberdade-8217-ate-brasilia/> - Acesso em 13/11/2017.

Figura 3: Parlamentares e líderes do MBL, bem como de outros movimentos, protocolando um dos pedidos de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff.



Fonte: https://www.google.com.br/search?rlz=1C1NHXL_pt-BRBR686BR686&tbm=isch&sa=1&ei=rkJWp6bI4KVwATE55T4CQ&q=mbl+e+cunha&oq=mbl+e+c&gs_l=psy - Acesso em 13/11/2017.

Um último exemplo do repertório contencioso do MBL na época do *impeachment* e que também foi usado pelo movimento Piqueteiro, foram os acampamentos. Em outubro de 2015, diversos movimentos pró-*impeachment*, como MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online, acamparam em frente ao Congresso Nacional. De acordo com Kim Kataguiri e Fernando Holiday, o intuito do acampamento era estar na “linha de frente da batalha pelo *impeachment*”, atuando por meio de protestos relâmpagos no Congresso. Eles fizeram o convite para quem quisesse participar, que se juntasse ao acampamento. Porém, pediram que, antes, preenchessem um formulário disponibilizado por eles, online²⁸.

Segundo Maria das Graças de Araújo Gomes, secretária da liderança do Partido Democratas, o acampamento contou com apoio dos partidos de oposição ao governo Dilma, inclusive por meio da garantia de segurança dos manifestantes durante o período que ficaram em frente ao Congresso (2017, entrevista pessoal). É importante destacar também que a ação foi autorizada pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apesar de um ato conjunto de 2001 com o Senado proibir qualquer tipo de instalação nos arredores do Congresso²⁹. O acampamento durou cerca de um mês e foi determinado que os grupos saíssem de lá após embates violentos com grupos que defendiam a presidenta Dilma³⁴.

3.2.2 Repertório de Estratégias

Para conseguir levar a pauta do *impeachment* adiante, o grupo procurou apoio no Congresso. Quando questionado sobre quais foram os primeiros parlamentares a darem apoio ao movimento, Kim Kataguiri conta que o primeiro a abrir as portas da Câmara foi Onyx Lorenzoni (DEM/RS) e afirma que por isso, o movimento começou a ter afinidade com o Partido Democratas. Em seguida, lembra que Carlos Sampaio, líder do PSDB à época, também foi um dos primeiros apoiadores, bem como Bruno Araújo (PSDB/PE). Depois, conforme a ideia do *impeachment* foi ganhando força, avançaram para o que era então a base do governo Dilma e conseguiram apoio de parlamentares do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e do PP (Partido Progressista). Destaca que no começo, o movimento encontrou dificuldade para conseguir apoio dos parlamentares, pois o MBL ainda não tinha reconhecimento enquanto grupo político. Então, iam nos gabinetes

²⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=kUPBBVaH-FE> – Acesso em 12/11/2017.

²⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1709379-parte-dos-acampados-em-frente-ao-congressoainda-resistem.shtml> - Acesso em 12/11/2017. ³⁴ Idem.

em busca de apoio e “davam de cara com a porta”. (KATAGUIRI, 2017. Entrevista pessoal).

No que diz respeito a juntar esforços com outros grupos da sociedade civil, o MBL fez diversas ações com outros movimentos, como Vem pra Rua, Revoltados Online, Nas Ruas, dentre outros, pois acreditavam que se estivessem unidos, a pauta do afastamento da presidenta ganharia força. (DIAS, 2017, p. 86-87, 107).

O MBL é um grupo político que está à direita do centro no espectro político ideológico, porém, fez aliança com partidos que não necessariamente se encontram na mesma posição, como o PPS (Partido Popular Socialista)³⁰, bem como com grupos de ideologias não muito claras, como o Vem pra Rua. (Idem, p. 85). Esse tipo de estratégia é chamada por Rossi (2015) de “frente popular multi-classe”, no caso dos Piqueteiros.

Outro tipo de estratégia utilizada pelos Piqueteiros e que pode ajudar a compreender as ações do MBL é da “colonização do Estado”. A partir dessa estratégia, o grupo ocupa cargos eletivos ou cargos nos governos, de forma que penetrem no Estado para colocarem seus planos políticos em prática. O MBL, no início, queria manter distância de partidos políticos. Isso dava a entender que não fariam parte da política institucional. Porém, com o passar do tempo, o discurso mudou. Apesar de não ser o foco deste trabalho, é interessante destacar que após o *impeachment*, nas eleições de 2016 o MBL lançou 123 candidaturas em 23 estados do Brasil, com membros filiados ao Partido Novo, DEM, PSD, PSC e PPS. De acordo com Kataguiiri a ideia, com as candidaturas, era formar uma bancada liberal independente. Rubens Nunes, outro membro do movimento, afirma que para conseguirem uma mudança efetiva no país, era preciso ingressarem na política representativa, já que o *impeachment* era apenas uma das pautas do movimento³¹. Sobre o movimento ser ou não apartidário, Ian Garcez diz:

“Eu, particularmente, sempre discuti a terminologia utilizada pelo MBL. O MBL usa a terminologia suprapartidária. Suprapartidária dá a entender que os membros podem ser filiados, etc... até porque é um movimento de voluntários nacional... mas eu discordo dessa terminologia. Eu acho que o MBL é apartidário, sim. No sentido que ele não está ligado em definitivo a nenhum partido. [...] Mas, de qualquer forma, a gente não vai negar nenhum voluntário que seja filiado a um partido de entrar no movimento e de

³⁰ GARCEZ, 2017. Entrevista pessoal.

³¹ <https://oglobo.globo.com/brasil/movimentos-pro-impeachment-mudam-discurso-vaio-as-urnas18491850> - Acesso em 13/11/2017.

ser candidato. Até porque é um grupo político, ele espera ter candidatos de diversos partidos. A gente é apartidário no sentido que a gente não está ligado a um partido.” (GARCEZ, 2017. Entrevista pessoal).

Mais uma estratégia usada pelos Piqueteiros e que tem relação com as ações realizadas pelo Movimento Brasil Livre, é o “basismo”. Essa estratégia, essencialmente, consiste em estar em contato com a base do movimento, com membros que nem sempre são lideranças, para articularem posicionamentos e estratégias. De acordo com Kataguiiri, existe um grupo do movimento no *Whatsapp*, por meio do qual acontece uma comunicação direta e diária, provavelmente entre lideranças, até mesmo pela limitação de número de pessoas que o aplicativo permite ser adicionada a um grupo. Em várias cidades do Brasil existem núcleos de voluntários que se reúnem semanalmente, o qual também é uma outra forma de o movimento estar em contato com sua base. Além disso, há ainda congressos nacionais, todo ano ímpar, onde decidem a plataforma política das próximas eleições em conjunto com os membros e especialistas. (KATAGUIRI e GARCEZ, 2017. Entrevistas pessoais).

Durante a campanha pelo *impeachment*, foi visto que era necessário convencer parlamentares indecisos. Como já exposto acima, a internet foi muito usada para fazer pressão para esses parlamentares se posicionarem. Entretanto, ações não tão públicas, também se fizeram necessárias. Dessa forma, primeiramente, eles tinham que mapear quem era a favor, quem era contrário e quem não tinha se decidido, e o entrevistado Ian Garcez era o membro responsável por esse trabalho. Ele disse que morava em São Paulo e se mudou para Brasília só para isso: mapear votos e atuar como lobista no Congresso, não só na campanha pelo *impeachment*, mas em vários projetos de lei que o movimento acompanha. Segundo ele, o caso do PP é interessante. O referido partido fazia parte da base do governo e em praticamente todo o processo anterior à votação na Câmara, não se posicionou. Dessa forma, Garcez conta que o deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), foi um parlamentar importante para a virada dos votos do partido:

“Ele (Goergen) começou a defender a ideia, junto com outros parlamentares do PP, de que o partido precisava se posicionar sobre o impeachment. E foi criando essa guerra interna e a gente foi ajudando eles, pra municia-los, pra bater nos outros parlamentares do partido que não queriam e como ele não tinha suficiente articulação, havia outros parlamentares influentes do PP, por exemplo Esperidião Amin, que já foi candidato à presidência pelo PP, Júlio Lopes, que é um do Rio de Janeiro... Bem, a gente foi então prestando apoio aos parlamentares, no sentido de apoiar as iniciativas deles, inclusive contra os demais parlamentares do PP, até colocando os outros parlamentares

do PP na mídia, para que eles fossem fortalecidos e pudessem conseguir convencimento.”
(GARCEZ, 2017. Entrevista pessoal).

Garcez diz que Esperidião e Jerônimo fizeram um abaixo-assinado para o presidente do partido (a favor do *impeachment*) e isso foi o gatilho para começar protestos internos dentro do PP. Sobre a tomada de posição do partido, o entrevistado complementa:

“[...] com o passar do tempo, quando se tornou muito óbvio que a popularidade dela (Dilma) caiu muito e começou a ter consistência o discurso a favor do impeachment dentro do Congresso, o PP virou de uma vez só. [...] Ele (o partido) fez um anúncio que estavam votando a favor do impeachment, embora tenha sido quase no fim, acho que só o PMDB largou depois. [...]” (Idem).

Antes do deputado Esperidião Amin se posicionar, Garcez relatou que foram protestar em frente à academia na qual ele malhava, em Florianópolis. Afirma que o MBL costuma fazer ações direcionadas com um “toque de humor”. Conta que uma boa estratégia é ir nos meios sociais que são importantes para os parlamentares, ou seja, onde está sua base, para fazer pressão. Lembra também de um parlamentar que era membro de uma Academia de Letras estadual e fala que o movimento contactou o pessoal que era leitor dele para escrever para Academia de Letras pedindo sua expulsão, caso ele não se posicionasse a favor do *impeachment*. Com isso, conclui:

“É tudo bem direcionado, a gente vai onde precisa ir fazer pressão. Porque a pressão política quando ela é no osso, quando ela é escolhida de modo bem planejado, bem idealizado, o impacto é infinitamente maior. E a gente se tornou muito bom nisso.”
(Idem).

Ainda no que se refere à estratégias para conseguir os 342 votos necessários para autorizar o processo do *impeachment*, foi criado o Comitê do *Impeachment*, em fevereiro de 2016. Esse comitê era formado por parlamentares e também por entidades da sociedade, incluindo o MBL, com o objetivo de mapear os parlamentares que iriam conseguir convencer os indecisos a se posicionarem a favor do *impeachment*. De acordo com Kim Kataguiri:

“A gente teve bastante ajuda da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária), na época do impeachment. [...] a gente formou o Comitê do Impeachment, que juntou o MBL, atores ali da bancada ruralista e alguns outros deputados que são ali atores chave como Sampaio, Bruno Araújo, Perondi, o Mendonça Filho, que hoje é Ministro e na época era líder do DEM e com reuniões semanais com os caras a gente conseguia mapear quais deputados viravam votos de outros deputados e como eles poderiam ser

pressionados, né, porque tem muitos que não adianta pressionar pela internet, cê tem que ir lá na base eleitoral dele encher o saco e aí com esse Comitê do Impeachment a gente conseguia mapear quais eram os caras principais que tinham que ser virados.” (KATAGUIRI, 2017. Entrevista pessoal).

Como relatado acima, a pressão tinha que se dar não só dentro do Congresso ou só na internet, mas direto na base. Quando a votação para autorizar a abertura do processo na Câmara estava se aproximando, já em abril, o MBL deflagrou a Operação Minerva. Essa operação era para intensificar a pressão nos últimos dias que ainda restavam e conseguir o maior número de votos favoráveis. Dessa forma, parlamentares e o próprio MBL atuavam no Congresso, o MBL na internet e nas ruas e o movimento pedia ainda que os seus apoiadores também fizessem pressão com os deputados de suas regiões³². Contavam com os eleitores para constranger deputados que ainda não tinham se posicionado publicamente, expondo fotos, números de telefones e e-mails. Outra estratégia foi espalhar *outdoors* em algumas cidades com nomes e fotos dos deputados que votariam contra o *impeachment*, principalmente em regiões amplamente favoráveis à queda de Dilma. Além disso, anunciavam nos protestos os nomes dos deputados indecisos e contrários ao *impeachment*, como mais uma maneira de causar constrangimento a esses parlamentares³³.

Todas essas ações do MBL, tanto dentro do Congresso, quanto com a sociedade civil, fizeram o movimento ganhar notoriedade no cenário político nacional. Para finalizar, é interessante dizer que no dia da votação na Câmara para autorização da abertura do processo, os únicos representantes da sociedade civil eram do Movimento Brasil Livre. Garcez afirma que conseguiram crachá para entrar no Plenário, com parlamentares da oposição, fornecidos pela Polícia Legislativa, pelo chefe da segurança da Câmara, Mauri. Quando questionado se isso se deu de maneira simples, ele disse: “*Foi, foi... influência política, ué. Poder.*”. (GARCEZ, 2017. Entrevista pessoal).

³² <https://www.youtube.com/watch?v=BmpljsBSCY0> – Acesso em 14/11/2017.

³³ <https://oglobo.globo.com/brasil/patrolha-incansavel-comite-do-impeachment-cria-estrategias-embuscados-342-votos-19011063> - Acesso em 14/11/2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Brasil Livre conseguiu bastante espaço no contexto político brasileiro, nos últimos anos. Por meio de várias estratégias de *lobby*, atuou no Congresso Nacional, conseguindo o apoio de parlamentares e partidos para levarem adiante sua principal pauta de 2014 a 2016: o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Muitas das estratégias utilizadas, eram parte do repertório de outros grupos em outras campanhas de relevância nacional, tal qual na época da Assembleia Nacional Constituinte, como foi mostrado no Capítulo 1. Ir nos gabinetes dos parlamentares em busca de apoio a sua causa, focar em parlamentares de “centro” ou “isentos” que poderiam estar de acordo com a matéria, mostrar posicionamento dos parlamentares para suas bases, dentre outros, são estratégias já há muito tempo utilizadas. O diferencial do MBL parece ter sido a maneira como se “infiltrou” no Congresso, tendo apoio até mesmo da presidência da Câmara para trabalhar e acompanhar a articulação desse processo. Além disso, a maneira como conseguiu apoio de parte da sociedade, por meio de suas mídias sociais também chamaram atenção, como mostrado ao longo do trabalho.

De acordo com Rossi (2015), estratégias vêm de um estoque de legados históricos, mas também pode vir de atores e momentos novos. Segundo esse pensamento, podemos analogamente dizer que as estratégias off-line utilizadas pelo MBL representam o estoque de legados históricos, que provavelmente se baseou em práticas de outros movimentos, e as estratégias online, o momento novo e que teve muita importância em toda a campanha, desde a convocação para protestos, até como plataforma utilizada para expor e pressionar parlamentares. Apesar da estratégia, em si, não ser nova, o meio como foi feito faz parte do novo momento em que vivemos, em uma sociedade em redes, o que foi muito bem explorado pelo movimento.

Mesmo reconhecendo a importância do MBL na campanha pelo *impeachment*, é importante lembrar que outros grupos organizados também fizeram pressão para os parlamentares serem favoráveis e não foi somente por isso que o processo de *impeachment* aconteceu. O contexto de 2014, em que, após as eleições, o governo foi derrotado na disputa pela presidência da Câmara, além dos escândalos de corrupção na Petrobrás em torno da Operação Lava Jato, e os indicadores econômicos ruins, favoreceram o processo.

Ademais, o “escudo legislativo” e o “escudo popular”, tipologias criadas por Pérez-Liñan, falharam, no caso do governo Dilma. O “escudo legislativo” que é o grupo de parlamentares dispostos a apoiar o presidente no Congresso, quando há manifestações populares para o seu afastamento, perdeu muitos parlamentares ao longo do processo e o “escudo popular”, que se refere a parte da sociedade disposta a dar respaldo ao presidente, mesmo que este esteja envolvido em escândalos e corrupção ou que o Congresso esteja querendo abrir um processo de *impeachment* contra ele, estava muito fragilizado. O autor mesmo destaca, que esse último escudo se enfraquece em períodos de crise econômica e inflação, que era justamente o momento pelo qual o Brasil estava passando.

Podemos ver, ao longo deste trabalho, como a sociedade civil organizada, articulada juntamente com atores das arenas políticas institucionais, atuam em grandes campanhas de relevância nacional para a mudança de um contexto político. É possível concluir, portanto, que o MBL foi um ator de grande relevância na campanha pelo *impeachment*, apesar de que a tanto o processo em si, como a finalização do mesmo, não se deu apenas devido atuação do movimento, como já destacado.

Conseguimos observar, também, que o movimento utilizou elementos tanto do repertório contencioso, proposto por Tilly, quanto do repertório de estratégias, pensado por Rossi. Com este trabalho, foi possível corroborar com os pensamentos de Rossi de que é preciso olhar para estratégias semi públicas ou privadas para entender alguns pontos das interações entre movimentos e organizações, com as instituições políticas e seus atores.

Ademais, cabe ressaltar que é importante que as teorias dos movimentos sociais se relacionem com a literatura das novas mídias sociais, já que cada vez mais a internet é utilizada para fins políticos. Os movimentos e organizações têm usado muito esse espaço para propagarem suas ideias, se aproximarem da população, fazerem pressão política, convocar ações coletivas, dentre outros. Tendo em vista que as novas mídias sociais são plataformas utilizadas por grupos de diversos posicionamentos no espectro político ideológico, é necessário que a ciência política volte parte de seus estudos para a maneira como têm se dado as relações dos diversos movimentos sociais com as novas mídias sociais.

APÊNDICE

Lista de Entrevistados

Entrevistado(a)	Data da entrevista
Maria das Graças de Araújo Gomes – Secretária da Liderança do Partido Democratas	23/10/2017.
Kim Kataguirí – Coordenador do MBL	24/10/2017
Ian Garcez – Membro do MBL	24/10/2017
Carlos André Góes – Fundador e membro do IMP	17/11/2017

ANEXO

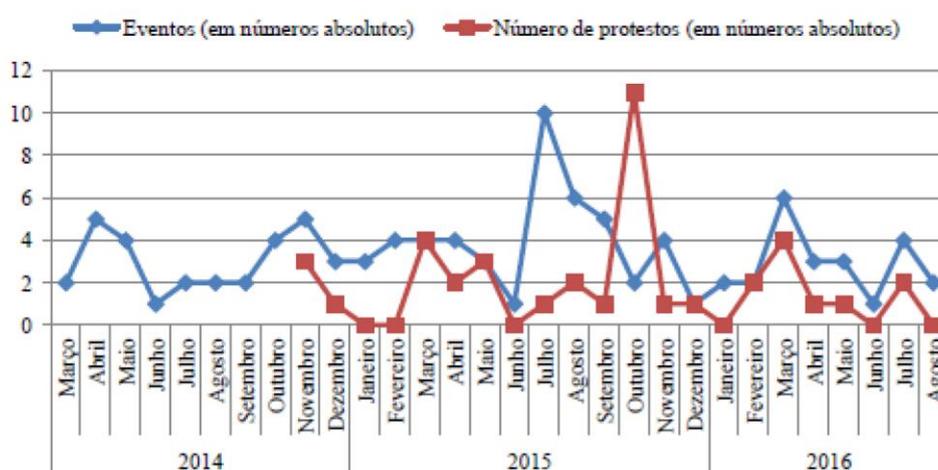
O *impeachment* de Dilma Rousseff: vinte e dois meses de mobilização (Em: DIAS, Tayrine dos Santos. “*É uma batalha de narrativas*”: os enquadramentos de ação coletiva em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff no Facebook. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, 2017).

A saída de Dilma Rousseff foi publicamente defendida por organizações da sociedade civil quase que imediatamente após sua reeleição, antes mesmo que ela fosse possada no novo mandato (URIBE; LIMA; LIMA, 2014). Nos 22 meses seguintes, o nível de mobilização se intensificou tanto em quantidade de público nos protestos quanto em ações realizadas (FOLHA DE S.PAULO, 2015; O ESTADO DE S.PAULO, 2016a). O ritmo e a adesão às ações e protestos passaram por altos e baixos. Ainda assim, a tendência foi claramente crescente. Todas as cinco organizações analisadas nesta dissertação (MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR) tinham como local de atuação e fala, entre 2014 e 2016, o mesmo contexto político amplo: constantes escândalos de corrupção em diversas empresas públicas, indicadores macroeconômicos apresentando resultados desfavoráveis, relacionamento desgastado entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional e crescente sensação de polarização política.

A história do *impeachment* de Dilma Rousseff, que se concretizou no dia 31 de agosto de 2016 com 61 votos no plenário do Senado, começou ainda em março de 2014, com o início de uma das maiores operações policiais da história democrática brasileira (ver gráfico 1). No dia 17 daquele mês, foi deflagrada a operação Lava Jato, que ainda não foi concluída até maio de 2017 (G1, 2017). Os ritmos das denúncias, prisões, buscas e conduções coercitivas, os vazamentos de delações na imprensa e outros eventos políticos ou institucionais da Lava Jato estão relacionados à frequência e intensidade das mobilizações on e off-line pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). Na investigação, diretores da Petrobras, empresários, deputados federais, ministros, ex-governadores e políticos do alto escalão do governo federal, de outras gestões, membros de pelo menos 10 partidos (G1, 2016a) e da direção do PT e das campanhas presidenciais do partido foram implicados, denunciados ou mesmo condenados por diversos crimes como lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio, formação de quadrilha e corrupção passiva e ativa (G1, 2017). Até o *impeachment* de Rousseff, a operação estava em sua 33ª fase.

A deterioração dos indicadores econômicos e o desgaste provocado pelo julgamento e reprovação das contas da primeira gestão de Dilma se sobrepuseram ao impacto sem precedentes da Lava Jato. O primeiro semestre do segundo Governo Dilma combinou os escândalos de corrupção, a crise econômica e política, dentro e fora do Congresso Nacional, no que pode ser entendido como uma *tempestade perfeita*.

Gráfico 1. Eventos reportados pela imprensa (prisões, buscas, ou acontecimentos secundários) relacionados à Operação Lava Jato; principais protestos da campanha próimpeachment - Março de 2014 a agosto de 2016



Fonte: elaborado pela autora, com base em informações coletadas nos portais G1; Folha de S. Paulo; O Globo; Estadão; El País; Veja; R7; Exame; Congresso em Foco; Terra; BBC; UOL e Istoé. A base de dados coletada no *Nervizz* também foi consultada.

No gráfico 1, vemos a frequência de eventos relacionados à Lava-Jato veiculados pela imprensa, em azul, e o principais protestos pelo *impeachment* em vermelho. No período entre novembro de 2014 e outubro de 2015, a investigação desencadeou uma sucessão de eventos político-institucionais, atingindo o pico de ocorrências em julho de 2015. O gráfico demonstra que, em meses de menor movimentação da operação da PF, a tendência é de menor mobilização, com exceção do mês de outubro de 2015. Vale lembrar que neste mês o TCU reprovou as contas de Dilma Rousseff para o ano de 2014, de modo que o desgaste gerado pela decisão do tribunal realimentou a onda de protestos, combinando-se ao cenário de escândalos de corrupção e deterioração de indicadores macroeconômicos. Para dimensionar o rápido desenvolvimento da operação e o ritmo acelerado de reveses políticos que fragilizaram o governo da ex-presidente, apresentamos a seguir uma breve cronologia do contexto político que condicionou a produção de

enquadramentos de ação coletiva pelas organizações da sociedade civil analisadas nesta dissertação.

No dia 20 de março de 2014, Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras é preso pela operação (G1, 2017). Em setembro do mesmo ano, um mês antes das eleições gerais, a revista *Veja* noticia que Costa havia implicado políticos nos delitos cometidos na gestão da Petrobras (RANGEL, 2014), conectando as esferas econômica e política no escopo da investigação. No início de outubro, o ex-diretor afirma que PT, PMDB, PP e as contas da campanha presidencial petista de 2010 se beneficiaram do esquema de corrupção em contratos firmados entre a Petrobras e grandes empreiteiras (RANGEL; MARQUES, 2014). Três dias antes da disputa do segundo turno, a revista *Veja* publica a capa com a frase "Eles sabiam de tudo", se referindo ao ex-presidente Lula e à então presidente Dilma Rousseff (BONIN, 2014). Esta se reelege no dia 26 de outubro, numa eleição intensamente disputada e acirrada pelas revelações da operação da PF.

Durante o mês de outubro, algumas organizações já protestavam em apoio à candidatura desafiadora, de Aécio Neves do PSDB, e em oposição à reeleição de Dilma Rousseff (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). Após o resultado desfavorável ao desejo destas organizações, o próximo passo traduziu-se na desqualificação dos resultados por uma miríade de motivos: eleições fraudadas, estelionato eleitoral, as denúncias de corrupção que atingiam o núcleo duro do governo (ABRANTES, 2015; URIBE; LIMA; LIMA, 2014). Essas narrativas foram expostas nas páginas das organizações e nas ruas, com a convocação de protestos. As propostas dos grupos que saíam às ruas eram ainda mais variadas: *impeachment*, renúncia, novas eleições, cassação do mandato, intervenção militar ou mesmo a morte de Dilma Rousseff (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016, p. 76; CALIXTO; CISCATI, 2015; NEVES, 2014).

Em novembro e dezembro de 2014, a investigação atinge grandes construtoras doadoras nas campanhas presidenciais, e mais delatores acusam PT e PMDB de receberem propinas (G1, 2017). José Dirceu, uma das principais lideranças do PT e ex-ministro no primeiro mandato do ex-presidente Lula, também é mencionado como beneficiário de recursos desviados (*ibidem*). As denúncias impactaram negativamente na imagem do PT e do governo Dilma, que já sofria o desgaste do déficit das contas públicas (FERNANDES; VERÍSSIMO; ALEGRETTI, 2014). A CPI da Petrobras na Câmara dos Deputados, que havia sido instalada em maio de 2014, termina o ano aprovando um relatório que poupa figuras políticas denunciadas nos meses anteriores (*ibidem*). Esta

sequência de eventos pós-eleição prenunciava o turbilhão de instabilidade que definiria historicamente o ano seguinte.

O ano de 2015 começa com o futuro presidente da Câmara dos Deputados e adversário político de Rousseff, Eduardo Cunha, delatado na operação Lava Jato (G1, 2017). Ainda no mês de janeiro, mais um diretor da Petrobras é preso (Nestor Cerveró), e é anunciada pela empresa uma perda de quase 90 bilhões em virtude do esquema de corrupção descoberto (ibidem). No início de fevereiro de 2015, a então presidente da Petrobras, Graça Foster, e mais cinco diretores da empresa renunciam seus cargos (ibidem). A imagem da estatal, uma das mais reconhecidas nacional e internacionalmente, ficou abalada não apenas no mercado financeiro, mas também diante da população brasileira (BBC BRASIL, 2015a).

Ao fim de fevereiro, nova CPI é instalada para investigar a Petrobras, e, no início de março, o STF acata denúncia a 47 políticos na operação (ibidem). No dia 12 de março, Eduardo Cunha depõe voluntariamente na CPI afirmando que não possui contas no exterior (ibidem). Três dias depois, quase um milhão de pessoas comparecem às ruas em protestos pela saída de Dilma Rousseff. As manifestações ocorreram em, pelo menos, 152 municípios do país (FOLHA DE S.PAULO, 2015). Neste protesto, a demanda pelo *impeachment* ainda não era unanimidade entre as maiores organizações que convocaram as manifestações³⁴ (ABRANTES, 2015; BBC BRASIL, 2015b). A base de apoio de Rousseff começava a ruir, no Congresso Nacional e diante do eleitorado que votou meses antes.

Partidos de oposição (como o PSDB) não apoiavam oficialmente, ainda, a demanda pelo *impeachment* (URIBE; LIMA; LIMA, 2014), mas lançavam a tese de que o resultado tivesse sido fraudado (MATAIS; ROSA; BULLA, 2014). Nas Ruas e ROL concordavam com a tese de fraude (parte das postagens das duas organizações, codificadas pela autora, mencionavam a 'fraude eleitoral'). O MBL, por sua vez, argumentava que não compactuava com rupturas institucionais, e defendia maior transparência, eleições limpas, liberdade e “menos PT” em descrição do evento³⁵ que convocava para a manifestação de 15 de novembro.

³⁴ Até o impeachment de Dilma Rousseff e mesmo depois dele, organizações menores ainda defendiam a intervenção militar ou mesmo a reinstauração do regime monarquista no Brasil.

³⁵ <https://www.facebook.com/events/1489124448042807/> . Acesso em 07/05/2017.

No dia 10 de abril, o então deputado pelo PT André Vargas é preso por práticas ilícitas em associação ao doleiro Alberto Yousseff, que é mencionado como elo que conectava políticos, empresas e articulava etapas do esquema de corrupção investigado (G1, 2017). Dois dias depois, um novo protesto acontece, desta vez com menor adesão: cerca de meio milhão de pessoas (UOL, 2015). Organizações, celebridades e partidos políticos participaram da convocação das demonstrações desde novembro de 2014, gravando vídeos também para o protesto de 12 de abril (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016; TERRA, 2015). As próximas manifestações tiveram como pauta predominante o fim do governo de Dilma Rousseff, pelo menos por parte das maiores organizações convocadoras (ibidem). No mesmo mês, o tesoureiro do PT é preso, e o vice-presidente da Camargo Corrêa admite o pagamento de propina em contratações na Petrobras (G1, 2017). No dia 22, a justiça condena os primeiros réus na Lava Jato, entre eles Alberto Yousseff e Paulo Roberto Costa (ibidem).

Ainda em abril de 2015, pouco depois da Lava Jato prender os petistas mencionados, o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou a prática de atraso nos repasses de recursos destinados a programas sociais aos bancos públicos como irregularidade. Esta tese foi considerada viável para a construção do argumento de crime de responsabilidade (AMORA, 2015; BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016), e foi eventualmente a principal acusação que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Em maio de 2015, mais prisões são decretadas, além da execução do depoimento de Ricardo Pessoa, presidente da UTC preso, afirmando que fez doações à campanha de Dilma Rousseff. No mesmo mês, mais denúncias atingem a empresa de José Dirceu (G1, 2017).

Em junho, o TCU inicia o julgamento das contas de Dilma Rousseff. Pela Lava Jato, presidentes de outras grandes empreiteiras do país são presos no fim do mesmo mês (ibidem). No começo de julho, a polícia federal prende mais um ex-diretor da Petrobras, e abre outra operação em desdobramento à Lava Jato (ibidem). A operação Politeia traz as figuras políticas de volta para o centro das atenções, entre elas Eduardo Cunha e Fernando Collor (ibidem). No dia 16 de julho, dois dias depois do cumprimento de mandados de busca e apreensão nas casas de seis políticos, Eduardo Cunha é citado em delação que o acusa de ter solicitado propina em contrato de navios-sonda (ibidem). No dia seguinte o deputado rompe com o governo Dilma Rousseff oficialmente (CARVALHO; MARTINS, 2015). O primeiro semestre termina com a campanha de

Rousseff citada na investigação, suas contas em escrutínio, o Congresso Nacional refratário aos projetos do governo e ainda mais acuado, e com mais um protesto marcado para agosto de 2015.

No mês de julho, mais empreiteiros são presos, e também ocorrem as primeiras condenações de empresários na operação (G1, 2017). A investigação avança desvendando pagamento de propina em contas no exterior, e também atingindo outra empresa pública: a Eletronuclear (ibidem). No começo de agosto, no dia 3, José Dirceu é preso (ibidem). No dia seguinte, a obra de Belo é Monte é mencionada como fonte de propina ao PT (ibidem). Então, no dia 5, Collor é mais uma vez apontado como beneficiário de milhões desviados da Petrobras. No dia 13, um ex-vereador pelo PT é preso por desvios de verba em contratos no Ministério do Planejamento (ibidem).

No dia 16 de agosto, mais uma manifestação nacional ocorre, desta vez maior que aquela de 12 de abril. No dia 17, mais ex-funcionários da Petrobras e empresários indiciados são condenados, e no dia 20 o procurador-geral da República Rodrigo Janot denuncia Eduardo Cunha e Fernando Collor por envolvimento no esquema de corrupção na petroleira (G1, 2017). No dia 4 de setembro, José Dirceu e mais 16 pessoas são denunciadas, e Janot apresenta denúncia contra outros dois deputados (ibidem). No feriado de 7 de setembro, o ROL convoca uma manifestação de menores proporções, em Brasília e outras cidades. No dia 15, Dirceu e Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT se tornam réus, e no dia 21, Vaccari é condenado (ibidem). No dia seguinte, André Vargas, exdeputado pelo PT, se torna o primeiro político condenado da Lava Jato (ibidem).

No dia 7 de outubro, o TCU recomenda a reprovação das contas de 2014 da gestão de Rousseff (FABRINI; VILLAVERDE; CARAM, 2015). O parecer do tribunal foi peça primária para a elaboração do pedido de *impeachment* mais adiante acatado por Eduardo Cunha (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). Ainda no fim do mês de outubro, mais um político é condenado pela Lava Jato: Pedro Corrêa, do PP (G1, 2017). Em 3 de novembro, a Câmara instaura processo de investigação de Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar, por ter mentido em depoimento, em março de 2015 (PASSARINHO, 2015). No dia 16 de novembro, Luiz Argôlo, outro político, também é condenado por denúncia arrolada na investigação (G1, 2017). No dia 24, Pedro Bumlai, amigo do ex-presidente Lula, é preso após ter sido citado em depoimento que afirma que ele recebeu comissão por ter pedido a intermediação de Lula na negociação de um contrato (ibidem). No dia seguinte, Delcídio do Amaral, então Senador do PT e líder do governo no Senado, é preso por tentar interferir na Lava Jato (ibidem). Em 1 de dezembro, os membros do PT que

fazem parte do Conselho de Ética fecham por votar pela continuidade do processo por quebra de decoro contra Eduardo Cunha, que, por sua vez, acata o pedido de *impeachment* de Bicudo, Paschoal e Reale ainda no dia 2 (URIBE; BRAGON, 2015).

Menos de uma semana depois, no dia 8 de dezembro, o Ministro do STF Edson Fachin suspende o rito do *impeachment* na Câmara dos Deputados, para entender se os procedimentos de escolha dos componentes da comissão especial que avaliará a admissibilidade do processo na Casa foram realizados conforme a legislação vigente (FALCÃO, 2015). O questionamento foi protocolado por partidos da própria Casa (RAMALHO, 2015). No dia 13, ocorreram protestos pelo *impeachment*, com menor adesão que os três anteriores. No dia 15, a polícia federal cumpre mandados de busca na casa de mais políticos, dentre eles, Eduardo Cunha e o ex-ministro de Minas e Energia Edison Lobão (G1, 2017). No dia 17, o STF define por anular as etapas já executadas no processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, e define novas regras para a condução dos procedimentos no ano de 2016 (D'AGOSTINO, 2015).

O ano de 2015 terminou, portanto, com o PT e o governo de Dilma extremamente frágeis em termos de legitimidade institucional e popular. Membros e até parlamentares do PT em exercício do mandato foram presos, as contas foram reprovadas e um dos pedidos de *impeachment* acatados. Este período foi marcado pela rápida corrosão de credibilidade e governabilidade do partido e de Rousseff e sua equipe, cenário agravado pelos protestos que pediam a saída da presidente do cargo.

O ano seguinte começa, em 18 de janeiro, com mais denúncias por parte do Ministério Público em acusação ao ex-diretor da Petrobras, Renato Duque (G1, 2017). Já Delcídio do Amaral tem a prisão preventiva revogada em 19 de fevereiro, e permanece em reclusão domiciliar (ibidem). Três dias depois, a polícia federal deflagra a 23ª fase da operação, que tem como alvo o marqueteiro das campanhas presidenciais do expresidente Lula e da então presidente Dilma: João Santana (ibidem). A suspeita é de que pagamentos de propina tenham abastecido as contas das campanhas passadas. No dia 3 de março, Delcídio do Amaral firma acordo de delação em que diz que Lula e Dilma agiram para frear a operação Lava Jato (ibidem). No dia seguinte, Lula é alvo de condução coercitiva e depõe na sede da polícia federal em Curitiba (ibidem). No dia 8 de março, Marcelo Odebrecht é condenado em primeira instância (ibidem).

Então, no dia 13 de março, acontece o maior protesto deste ciclo que se iniciou em novembro de 2014: alguns veículos de mídia estimam que mais de três milhões de pessoas tenham saído às ruas em apoio ao *impeachment* de Dilma Rousseff (O ESTADO DE S.PAULO, 2016a). O nível de aprovação e legitimidade política de Dilma Rousseff, nas ruas e no Congresso Nacional, chega a um de seus piores momentos (FOLHA DE S.PAULO, 2016). No dia 16 daquele mês, ela nomeia o ex-presidente Lula como Ministro da Casa Civil, notícia que é recebida com protestos em algumas cidades do país (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016) e com o acampamento de manifestantes na Avenida Paulista. No dia 23 de março, o marqueteiro João Santana e sua mulher são indiciados (G1, 2017).

No dia 1 de abril, a operação prende ex-secretário geral do PT - Silvio Pereira - e executa outras ordens judiciais de prisão e busca e apreensão (G1, 2017). A investigação continua apurando sobre negócios realizados por Bumlai, e declara que o esquema de corrupção na petroleira pode ter relação com a morte do ex-prefeito Celso Daniel (ibidem). Dez dias depois, a comissão que analisa o *impeachment* na Câmara aprova relatório favorável à admissibilidade (CALGARO; GARCIA; PASSARINHO, 2016), que é votado em plenário no dia 17. Por 367 votos, a Câmara autoriza o Senado a instaurar o processo de *impeachment* (G1, 2016b). No dia 28, João Santana e a esposa são denunciados pelo Ministério Público (G1, 2017).

Mai de 2016 começa com o afastamento de Eduardo Cunha da Presidência da Câmara, por meio de decisão do STF (PASSARINHO; RAMALHO, 2016). No dia 9, o então Presidente da Casa, Waldir Maranhão, anula os procedimentos do *impeachment* realizados até então (O ESTADO DE S.PAULO, 2016c), decisão que ele mesmo revoga no dia seguinte. No dia 12 de maio, o Senado aprova em plenário, por 55 votos, a abertura do processo de *impeachment* (LIMA; RESENDE; AGOSTINE, 2016), e a então presidente Dilma é temporariamente afastada do cargo. No dia 23 deste mês, o extesoureiro do PP, João Cláudio Genu é preso (G1, 2017). Ele é suspeito de distribuir recursos oriundos do esquema de corrupção na Petrobras a deputados do partido. Já no dia 23 de junho, o ex-ministro dos governos Dilma e Lula Paulo Bernardo é preso por desdobramento da operação Lava Jato (ibidem).

Nos meses de julho e agosto, a investigação segue com foco em personagens ligados a Eduardo Cunha e a esquemas de corrupção na Eletronuclear (G1, 2017). No dia 31 de julho, organizações da sociedade civil convocam protesto em apoio ao

impeachment, já em preparação para a eventual vitória, como a Festa do *Impeachment*³⁶ organizada pelo MBL (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). No dia 10 de agosto, o plenário do Senado aprova, por 59 votos, parecer que recomenda julgamento do *impeachment* de Dilma Rousseff (GARCIA; CALGARO; PASSARINHO, 2016). No dia 25, então, se inicia o julgamento, presidido pelo Presidente do STF, Ricardo Lewandowski. Finalmente, no dia 31 de agosto ocorre o julgamento de Dilma Rousseff no Senado. Por 61 votos ela é cassada, porém mantém seus direitos políticos (GARCIA et al., 2016). Neste dia, Michel Temer se torna o Presidente do Brasil.

Como vimos, os 20 meses do segundo mandato de Dilma Rousseff foram um período de muita instabilidade e de um acelerado fluxo de eventos políticos. Esta sessão mostra a complexidade do contexto político do período, que podia mudar de um dia para o outro, tamanha a velocidade e o volume de novos acontecimentos. A sequência de eventos relatada nutriu de inúmeras evidências empíricas os argumentos das organizações da sociedade civil que se opuseram ao governo de Rousseff. Ainda que não pretendamos afirmar que o contexto foi *determinante* sobre as práticas dos atores políticos ou sobre os resultados desses conflitos, podemos afirmar que ele condicionou as práticas desses atores.

³⁶ <https://www.facebook.com/mblivre/posts/419383468185802:0> . Acesso em 10/05/2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R.; TATAGIBA, L.; SERAFIM, L. *Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula*. DADOS Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 57, nº 02, 2014.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 443 a 464.

CARVALHO, Liandra Lima. *Um estudo sobre o “Lobby do Batom” no processo da Constituição Federativa de 1988*. 7º Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade 23 a 26 de maio de 2012, UFPR, Curitiba (PR). Grupo de Trabalho: Constituição, Democracia e Direitos Humanos.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Editora Zahar. 2013.

CHAGAS, Luãn. *O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina* (Entrevista com Aníbal Pérez-Liñan). Revista Compolítica. 2016, vol. 6(2). P. 106-119.

COELHO, André Luiz. *A instabilidade presidencial contemporânea na América Latina: causas e consequências*. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. 28 de julho a 1º de agosto de 2014.

COSTA, Lucas Nascimento Ferraz. *Modelos de lobby no processo constituinte de 1987-88*. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR. Vol.3 – n.1 – 2015.

COSTA, Lucas Nascimento Ferraz. *O lobby dos trabalhadores no processo constituinte de 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP*. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 767-786, setembro-dezembro 2016.

DIAS, Tayrine dos Santos. *É uma batalha de narrativas”: os enquadramentos de ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

FIGUEIREDO, Ney de Lima. *O lobby no Brasil: uma trajetória histórica*. Organicon - Ano 8. Número 14. 1º semestre de 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas em Pesquisa Social*. Sexta edição. Editora Atlas, 2008. São Paulo, pp. 109-120.

GOBBI, Daniel. *Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*. Dissertação de Mestrado – Brasília, 2016.

HOCHSTETLER, Kathryn. *Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul*. Lua Nova, São Paulo, 72: 9-46, 2007.

JUNQUEIRA, Luísa Delfaco. *Defesa das Universidades Federais: lobby ou advocacy?*. Monografia de graduação. Brasília, 2017.

KIRCHHEIMER, Otto. *A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental*. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Abr. 2012, no.7, p.349-385.

LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1079-10-abril-1950-363423normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

LINZ, J. J. 1994. *Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference?*. In: LINZ, J.; VALENZUELA, A. (orgs.). *The failure of presidential democracy*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press.

MENEZES, R; SAIANI, C. e ZOGHBI, A. *Demanda Mediana por Serviços Públicos e Reeleição: Evidências Empíricas do Modelo do Eleitor Mediano para os Municípios Brasileiros*. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211106170-.pdf>. Acesso em: 18/11/2017.

NEMETALA, Ricardo de Oliveira. “*O Consenso de Washington – a visão neoliberal dos problemas latino-americanos.*” (BATISTA, Paulo Nogueira). Novembro de 1995.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº 52, jun./2003.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. *Breve histórico sobre o desenvolvimento do lobbying no Brasil*. Disponível em www.senado.gov.br/web/cegraf/ri/Pdf/pdf_168/R16803.pdf. Acesso em 18/11/2017.

PIRES, Débora de Moura. *Análise do funcionamento do lobby no Brasil: a necessidade de sua regulamentação*. Monografia de graduação. UniCEUB. Brasília, 2009.

PITANGUY, Jacqueline. *As mulheres e a constituição de 1988*. Disponível em: <http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>. Acesso em: 22/10/2017.

ROSSI, Federico M. *Conceptualizing Strategy Making in a Historical and Collective Perspective*. Tulane University. 2015.

RAMOS, Daniela Peixoto. *Comportamento Parlamentar e grupos de pressão: um estudo de caso da reforma da previdência (1995-1998)*. Brasília- DF, 2005.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. *Direita nas redes sociais online*. In: CRUZ, S. V. E; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Eds.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

TATAGIBA, Luciana. *1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil*. *Revista Política & Sociedade*. v. 13, n. 28, 2014.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. C. *Protestos à direita no Brasil (2007-2015)*. In: CRUZ, S. V. E; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Eds.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197–212.

UNIBH. *Entenda como funciona um processo de impeachment*. Disponível em: <http://blog.unibh.br/entenda-como-funciona-um-processo-de-impeachment/>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.